



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 109

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 16 de Junho de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.

No **Período de Informação Parlamentar**, procedeu-se à leitura do expediente.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, foi apresentado um **Voto de Congratulação**, pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela “**comemoração do 125º Aniversário da Filarmónica Altarense do Sagrado Coração de Jesus**”.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Francisco Oliveira (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*) e Paulo Gusmão (*PP*).

Em seguida, e para tratamento de assuntos de interesse político relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados José Nascimento Ávila (*PS*), Renato Leal (*PS*), Luís

Medeiros (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), João Cunha (*PSD*) e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*), da Economia (*Duarte Ponte*) e Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*), para terminar o debate iniciado no dia anterior relativo à intervenção do Sr. Deputado João Cunha (*PSD*).

Proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Hélder Silva*).

O **Período da Agenda Reunião** iniciou-se com a continuação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Adapta à Região o Regulamento Geral dos Corpos dos Bombeiros, aprovado pelo Decreto-lei nº 295/2000, de 17 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 209/2001, de 28 de Julho”**.

No debate na especialidade intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e Paulo Messias (*PS*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade com excepção da proposta de aditamento para o artigo 3º-A, apresentada pelo PCP, a qual foi rejeitada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*) e José Decq Mota (*PCP*).

O segundo ponto da agenda da reunião era composto pela **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “estabelece medidas preventivas na zona de implementação do eixo viário entre a Fábrica do Linho “Ribeirinha” e a Vila do Nordeste, em São Miguel”**.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), passou-se à votação tendo-se registado uma aprovação unânime, tanto na generalidade como na especialidade.

Em seguida, esteve em debate a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fomento da Empregabilidade e Qualificação dos Trabalhadores e Promoção do Emprego”**, a qual foi aprovada por unanimidade.

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Natividade Luz (*PS*), José Decq Mota (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

O quarto ponto – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Aprova as normas para aplicação aos bens culturais situados na Região Autónoma dos Açores, Lei 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”**, também aprovado por unanimidade, foi apresentado pelo Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), José Rego (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Bento Barcelos (*PSD*).

Sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 17/2004 – “Gestão do Património Arqueológico”**, usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Bento Barcelos (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

O ponto seguinte – **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Medidas preventivas aplicáveis na zona de implementação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos Francisco Ferreira Drumond, em São Sebastião, Concelho de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira”**, também apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), foi aprovado por unanimidade.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio Sousa (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

Sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Reestrutura as carreiras do pessoal das tesourarias da Região Autónoma dos Açores”**, usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Francisco Sousa (*PS*).

A proposta foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

(Os trabalhos terminaram às 18 horas e 15 minutos).

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria da **Natividade** **Luz**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários da Mesa para apresentar a correspondência.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “estabelece medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação da Escola Básica

dos 2º e 3º ciclos Francisco Ferreira Drumond, em São Sebastião, Concelho de Angra, Ilha Terceira”.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Economia, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos”.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Economia parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 88/407/CE, do Conselho, de 14 de Junho de 1988, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/43/CE, do Conselho, de 26 de Maio de 2003, que fixa as exigências de polícia sanitária aplicáveis às trocas comerciais intracomunitárias e às importações de sêmen de animais da espécie bovina”.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Economia, parecer sobre o Projecto de Decreto-lei que “transpõe para a ordem jurídica nacional as Directivas 2003/CE, 203/118/CE, todas da Comissão, respectivamente de 3 de Dezembro, de 5 de Dezembro de 2003 e de 9 de Janeiro de 2004, que alteram a Directiva 86/363/CEE, do Conselho, de 24 de Julho de 1986, relativas à fixação de teores máximos para os resíduos de pesticidas à superfície e no interior dos géneros alimentícios de origem animal, alterando o Decreto-Lei nº 51/2004, de 10 de Março”.

Presidente: Apresentada a correspondência, a mesma encontra-se ao vosso dispor.

Deu entrada na Mesa um Voto de Congratulação apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira para fazer a sua apresentação.

Deputado Francisco Oliveira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Filarmónica Altarensis do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em 1879 (de acordo com os seus estatutos) na freguesia dos Altares pelo Cónego Monsenhor José Alves da Silva, pároco local, seu primeiro Leccionador e Regente até 1884. Recebeu o primeiro instrumental em Outubro de 1881 e foi oficialmente inaugurada em

Fevereiro de 1882, de acordo com a “Topographia” do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, de 1893.

É assim uma das Filarmónicas mais antigas da Ilha Terceira, tendo comemorado este ano 125 anos de existência, com uma brilhante Semana Cultural que teve início a 7 de Junho, finalizando com uma Sessão Solene no passado dia 12.

Há 25 anos comemorou o centenário da sua fundação, também com uma semana de festa (10 a 17 de Junho) tendo nessa data sido agraciada com a Ordem de Benemerência pelo então Presidente da República General Ramalho Eanes.

Quando da visita régia à Ilha Terceira em 1901, foi a Filarmónica Altareense do Sagrado Coração de Jesus que, conjuntamente com as Filarmónicas Recreio dos Artistas, Flamenguense e União Velense (segundo a “Memória da Visita Régia à Ilha Terceira” por Alfredo Luís Campos) procederam às tocatas levadas a efeito nessa data, nomeadamente o “Hino da Carta” que voltaria a repetir quando da comemoração do centenário da visita do Rei Dom Carlos e Rainha Dona Amélia, à Ilha Terceira.

A Filarmónica Altareense do Sagrado Coração de Jesus deu provas de enorme perseverança quando, devido a ter participado em Cortejo do Divino Espírito Santo sem ida à Igreja, ficou interdita de participar em festividades religiosas durante 8 anos (1963 a 1971) tendo nesses anos tocado apenas nos dias de Bodo.

A primeira tocata após essa interdição foi realizada no funeral de António Coelho Dias, Presidente Honorário da Direcção.

De então para cá tem realizado tocatas em inúmeras freguesias através da Ilha, tendo já efectuado duas deslocações fora da terra: à Ilha das Flores no ano 2000 e à Freguesia de Alvega (junto à cidade de Abrantes) no ano 2001.

É actualmente composta por 40 elementos, com idades compreendidas entre os 12 e os 81 anos, sendo que 21 elementos são jovens com idades entre os 12 e os 25 anos, o que representa à partida um garante de continuidade, uma certeza de futuro.

Grande parte destes elementos da Filarmónica são lavradores profissionais, o que diz bem dos enormes sacrifícios exigidos, nomeadamente no conciliar das horas para ensaios ou tocatas, com as da actividade normal de qualquer lavrador.

As notas musicais iniciadas com as lições do Cónego José Alves da Silva em 1879 têm tido repercussão através dos tempos, com especial incidência nos últimos 50 anos em que a Escola de Música tem funcionado ininterruptamente, o que, conjuntamente com a reconhecida categoria do seu Regente Sr. José Caetano Martins, muito tem contribuído para o elevado nível de interpretação musical desta Filarmónica.

Pelo acima exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta o seguinte voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pela comemoração do 125º Aniversário da Filarmónica Altareense do Sagrado Coração de Jesus e pela forma como ao longo desses anos ela soube contribuir para o desenvolvimento cultural da população da freguesia dos Altares, assim como para o enriquecimento da cultura popular da Ilha Terceira e por consequência, de toda a Região dos Açores”.

Horta, 16 de Junho de 2004

Os Deputados, *Francisco Sousa, Andreia Cardoso, Paulo Messias, Francisco Oliveira, Osório Silva e Francisco Barros.*

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Bento Barcelos e Paulo Gusmão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

O fenómeno cultural que é impulsionado nos Açores pelas muitas filarmónicas existentes começou há longa data. É mais que secular. Tem-se mantido ao longo de décadas e ainda hoje é palpável.

A existência de mais uma filarmónica que completa 125 Anos de actividade, no caso concreto a Filarmónica Altareense do Sagrado Coração de Jesus, é bem a prova disso.

É a prova da vontade das nossas populações que vêm na música algo essencial para o seu desenvolvimento cultural, social e educacional. É a prova da mobilização das nossas comunidades. É a prova de que o apego às nossas tradições, aos nossos valores e cultura é algo que é possível.

Apoiamos o voto de congratulação apresentado a esta vetusta filarmónica terceirense, com um palmarés de actividade singular, com o início da sua actividade em 1881.

É curioso verificar que obteve o seu instrumental em Outubro de 1881 e no mês seguinte faz a sua primeira actuação, mais precisamente no dia de “Pão por Deus”, evidenciando a grande vontade de mobilização e de participação nesta realidade cultural.

É também de salientar no corpo de músicos, com idades compreendidas entre os 12 e 81 anos, o interesse de todos participarem de uma forma activa na própria filarmónica, desde o adolescente ao idoso.

O Grupo Parlamentar do PSD apoia este Voto de Congratulação e endereça à Filarmónica Altarense do Sagrado Coração de Jesus, aos seus sócios, músicos, dirigentes e toda a comunidade Altarense os parabéns.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP associa-se a este Voto de Congratulação pelos 125 Anos da Filarmónica Altarense do Sagrado Coração de Jesus, com o sentido de dignificação que esta instituição traz à sua terra, à ilha, aos Açores, pelo prestígio que tem de há muitos anos, o qual está bem patente na sua escolha para tocar o hino nacional de então, o hino da carta, aquando da visita dos Reis de Portugal à Ilha Terceira.

As bandas filarmónicas continuam a ser instituições vivas graças ao esforço e ao empenho dos dirigentes e dos executantes que congregam muita gente nova. Infelizmente, o que por vezes falta é mais algum carinho por parte das instituições governamentais.

Este voto significa o nosso reconhecimento por esse esforço dos habitantes dos Altares em manterem viva uma instituição que bem dignifica a sua freguesia e a sua ilha.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Como se recordam, ontem quando terminámos o período de tratamento de assuntos políticos, ainda tínhamos diversas inscrições para o debate relativo à Ilha Graciosa.

Assim, vamos continuar o debate e para o efeito tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros relativamente à Graciosa, nomeadamente em relação à questão do matadouro e à fábrica de lacticínios, aquilo que gostaria de referir, por forma a dar conta daquilo que é a posição e o entendimento do Governo Regional sobre essa matéria, é o seguinte:

Em relação à fábrica de lacticínios, saliento, em primeiro lugar, o facto desta ser uma iniciativa privada em relação à qual os critérios de avaliação da viabilidade desse tipo de investimentos são, conforme o senhor bem sabe, extremamente rigorosos.

Cumpridos os requisitos do ponto de vista de viabilidade da fábrica de lacticínios, aquele investimento foi aprovado.

Há outro aspecto que é importante salientar e que tem a ver com o próprio facto de ser necessário dar uma determinada margem de segurança do ponto de vista de capacidade de laboração para que haja a possibilidade de haver algum crescimento de capacidade de laboração da fábrica.

Se bem me recordo, o Sr. Deputado ontem falou nas perspectivas de crescimento das quotas.

Qual a posição do PSD?

Não há mais possibilidade de aumentar a quota leiteira para os Açores, à semelhança daquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro, ou há possibilidade de aumentar a quota dos Açores, à semelhança daquilo que diz o líder do vosso partido?

Esta posição, de certa forma, acaba por me suscitar esta dúvida.

Em relação à questão do matadouro, a informação que tive oportunidade de recolher neste momento, é que ele tem condições e possibilidade para tratar toda a carne, a nível de capacidade de refrigeração, do gado que é abatido na Ilha Graciosa. Se porventura existe alguma dificuldade, segundo a informação que me foi dada, ela é momentânea.

Em relação a essa questão dos matadouros é necessário termos uma noção global daquilo que deve ser o posicionamento da Região em termos do sector da carne.

Nessa condição global, do ponto de vista de gestão e de optimização dos recursos públicos, não é possível construir um matadouro nas 9 ilhas dos Açores como, por exemplo, vai ter a Terceira ou tem São Miguel.

Isso não quer dizer de forma nenhuma que não se deva fazer aquilo que se fez: melhorar as condições de funcionamento, dar condições, desde logo, de segurança e qualidade alimentar para os consumidores de carne. Todos os requisitos estão cumpridos e essa é uma das preocupações do Governo Regional, ou seja, dar, do ponto de vista de funcionamento dos matadouros, as condições e as certezas de que ao nível da segurança e qualidade alimentar está o assunto salvaguardado e as coisas processam-se.

Pode não ter uma sala de transformação, pode não ter um laboratório de BSE associado ao matadouro, mas isso tem a ver com a optimização de recursos. Salvaguardadas questões como, por exemplo, o interesse dos produtores que querem abater gado de carne, o dos comerciantes que compram a carne, o dos consumidores ao nível da segurança e qualidade alimentar e, no caso concreto da BSE, rapidez para que todo o processo se possa desenrolar e se possa alcançar uma decisão ou resultados da análise o mais rapidamente possível, tudo isto são interesses que o Governo Regional tem em causa na definição dos seus investimentos a esse nível. No caso concreto do matadouro da Graciosa, na opinião do Governo Regional, todos esses interesses estão salvaguardados.

Eu gostava apenas, na questão da capacidade de refrigeração, e isso já foi uma informação que solicitei na sequência da sua intervenção de ontem, de confirmar se há algum problema ao nível de câmaras de disponibilidades, se há aqui alguma falha momentânea que possa dar origem a esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação àquilo que disse o Sr. Deputado João Cunha, repito aquilo que disse ontem, porque é preciso que fique claro.

Os fretes marítimos são iguais para todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Cunha (*PSD*): Não são!

O Orador: O Sr. Deputado já anda nesta casa há vários anos, portanto, já devia saber que a responsabilidade da cabotagem insular não é do Governo Regional, é do Governo da República.

Deputado João Cunha (*PSD*): Já o era há 4 anos!

O Orador: A fiscalização da cabotagem insular é do Governo da República.

A política que este Governo da República queria para os Açores era retirar a Graciosa do mapa. Queriam que o transporte de mercadorias se realizasse, obrigatória e quinzenalmente, apenas para 5 ilhas. Nas restantes 4 ilhas, naturalmente eram as ilhas mais pequenas, os armadores de cabotagem insular não seriam obrigados a fazer nada.

Garanto-lhe que os fretes estão publicados em tabela e se houver algum armador que não cumpra o que está estipulado deve apresentar queixa, porque o que ele está a fazer é ilegal.

De resto, nada mais disse do que aquilo que eu afirmei ontem.

Nós procurámos, numa fase crucial do transporte de cabotagem insular, em que devido a um armador ter um comandante um pouco mais complicado, que tinha dificuldade em atracar no porto da Praia, encontrar um equipamento que pudesse servir de alternativa. Esse equipamento, na Ilha Graciosa, é fundamental em situações de mau tempo que podem ocorrer naquela ilha.

Às vezes há investimentos que não têm uma utilização muito grande, mas que são fundamentais, porque num momento de crise ele está lá e pode sempre a ilha ser abastecida quando um barco de maior porte não puder entrar no porto.

Isso foi resolvido e foi utilizado num momento de alguma dificuldade que ocorreu no passado.

Neste momento está tudo resolvido. A cabotagem insular está a funcionar bem. O armador mudou de comandante e tudo está a funcionar.

Se qualquer problema existe, não temos conhecimento.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para acrescentar um dado à discussão que ontem teve lugar nesta casa e que penso que no conjunto da deselegância e de um certo terrorismo verbal que o Sr. Deputado João Cunha trouxe aqui, não pode passar em branco.

A questão que se coloca é a clara acusação que foi feita ao Governo Regional de que haveria “dinheiros que eram dados pela porta do cavalo” (as palavras são suas) a Juntas,...

Deputado João Cunha (PSD): A senhora não me está a citar, está a inventar!

A Oradora: ... nomeadamente a uma Junta de Freguesia da Ilha Graciosa.

O senhor acuse o Governo Regional naquilo que puder provar. Vir aqui fazer acusações e não provar nada é, no mínimo, ridículo.

Ou o senhor faz a acusação e apresenta provas que a comprovem, ou então não a faz.

Como não consegue fazê-lo, faz a insinuação e apresenta a calúnia. Nós, Governo Regional, não admitimos, porque o Governo Regional é pessoa de bem, não faz isso com ninguém e muito menos fez na Ilha Graciosa.

Os dados são claríssimos quanto a esta matéria e explicam muito bem de que forma os apoios são dados em todos os Açores e também na Graciosa.

Para que não haja dúvidas, eu vou apresentar os dados:

A Junta de Freguesia da Luz, com 735 habitantes (15,4% da população), recebeu um total de apoios do Governo Regional de 113 mil 825 euros, o que corresponde a 35% do total de apoios concedidos às Juntas de Freguesia da Graciosa.

Deputado João Cunha (PSD): Em que anos?

A Oradora: Desde 1997.

A Junta de Freguesia de Santa Cruz, com 1838 habitantes (39% da população), recebeu um montante total de 134 mil euros do Governo Regional, o que corresponde a 40% dos apoios.

É esta a forma justa como nós distribuímos as verbas.

Saiba que as Juntas de Freguesia têm responsabilidade nesta matéria, que é pedir esse apoio, coisa que não acontecendo não podem vir reclamar depois.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

(*) **Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da discussão que tivemos ontem, queria dirigir-me, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Joaquim Machado, para saber se quando fala no descontentamento existentes a nível das filarmónicas, referia-se àquela que fez o Governo Regional sócio benemérito, que é uma, ou se falava da filarmónica, cujo presidente se encontra nesta sala e que pode testemunhar sem qualquer problema, que numa determinada altura pediu um subsídio para se deslocar às Flores como prémio dos seus executantes, e muitíssimo bem, e o Governo Regional atribuiu-o num valor superior a 1500 contos, ou então se era das outras duas filarmónicas que receberam largos milhares de contos, e eu não vou quantificar para não cometer nenhuma imprecisão.

Em relação ao Sr. Deputado João Cunha, há uma coisa que o Sr. Deputado fez referência e eu tenho que lhe dar razão, que é a célebre Casa das Almas, mas esse é um caso entre tantos.

Deputado João Cunha (PSD): Não. Há mais casos. Quantos queira!

O Orador: Em relação aos apoios às Juntas de Freguesia, para além daquilo que a Sra. Secretária disse, gostaria de referir aqui os apoios do Orçamento Geral do Estado.

Nos tempos dos Governo do PSD, orientados pelo Prof. Cavaco Silva, o subsídio atribuído à sua freguesia foi apenas 4 mil e 40 contos. Com o Governo do Partido Socialista liderado por António Guterres, do qual os portugueses têm muitas saudades, passou a receber 9 mil e 31 contos (mais do dobro).

Ainda em relação às Juntas de Freguesias, o Sr. Deputado vai ter que “puxar as orelhas” aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que não lhe derem as informações correctas, daí a razão de estar a dizer coisas que não correspondem à verdade.

Para além dos subsídios que já foram enunciados há outras formas de apoio como, por exemplo:

- Junta de Freguesia de São Mateus – ajudar na asfaltagem dos caminhos de penetração;
- Junta de Freguesia de Santa Cruz – cedência de bidões para asfalto de caminhos na freguesia;
- Junta de Freguesia da Luz – disponibilização de trabalhadores para limpeza dos miradouros e cedência de tractores durante uma semana para carregamento de bagacinhas, etc.;
- Junta de Freguesia de Guadalupe – disponibilização de 4 homens, durante 4 dias, para plantar 2000 bânrias, assumidas pelos serviços, no campo de jogos e cedência de um camiã por 3 dias para transportar bagacinhas, etc., etc.

Há muitas mais coisas para referir, mas o tempo é curto.

Em relação às visitas à Graciosa, ainda bem que elas se realizam, porque a Graciosa precisa de ser visitada por todos, quer pelo Governo, quer pela oposição, mas há coisas que chocam. Quando nós ouvimos, por exemplo, o Dr. Victor Cruz dizer que a Graciosa ficou para trás, choca. A esmagadora maioria dos graciosenses, no passado Domingo, deram-lhe a resposta. Eles não querem voltar para trás e isto é um facto.

Na conclusão das Jornadas Parlamentares do PSD, o seu líder, José Bolieiro, disse que a ilha tinha sido abandonada. Isto é não querer ver a realidade dos factos.

No passado dia 13, a maioria dos graciosenses responderam que para abandono já bastou os 20 anos de Governo do PSD.

Obrigado.

Deputados Nuno Amaral e Renato Leal (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

(*) Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão gerada ontem à volta da intervenção do Sr. Deputado João Cunha e continuada esta manhã, faz crer que não aconteceu nada nos Açores no passado Domingo, mas haverá mais tempo para se falar sobre essas eleições. Vamos ater-nos, novamente, à intervenção do Sr. Deputado João Cunha e ao que se lhe seguiu.

A Sra. Secretária Adjunta da Presidência já tocou nesta tecla, mas eu gostava de deixar aqui mais algumas notas.

Na década de 80 proliferavam à volta das Câmaras Municipais, como se fossem cogumelos, umas coisas a que eu deixei registado nos relatórios de gerência dos primeiros anos da década de 90 da Câmara Municipal da Horta, como as bastardinhas da democracia. Chamavam-se comissões de melhoramento, que era o que de mais escandaloso existia na jovem Autonomia açoriana.

Era um escândalo haver, debaixo do mesmo tecto das câmaras municipais umas coisas que eram compostas por presidentes, alguns vereadores e outros, sempre do seu partido Sr. Deputado João Cunha, e que se chamavam comissões de melhoramento.

Nalgumas ilhas até usaram dinheiros comunitários.

Quando essas pessoas perderam as eleições levaram os dossiers para casa.

Quando perguntaram ao então Presidente da Câmara onde é que estavam os documentos, teve-se que andar a perguntar.

Isto para lhe dizer, Sr. Deputado, que eu tenho uma grande aversão a esse tipo de relações menos claras entre determinados patamares, designadamente, Administração Regional e Administração Local.

Se há alguma batota, Sr. Deputado, o senhor pode contar comigo, não para a “Força Portugal”, mas para a Força Autonomia, para junto deste Governo Regional darmos os puxões de orelhas, se eles forem merecidos.

Se houver batota neste tipo de relacionamento conte comigo, porque eu não me calarei relativamente a essa matéria.

Parece-me que o Sr. Deputado João Cunha teve o azar de ser o porta-voz de uma situação e não acredita em tudo aquilo que disse, porque o senhor usou um timbre de voz que não é o habitual nas suas intervenções.

O senhor denotou alguma separação entre aquilo que lia e aquilo que sentia. É mais ou menos a diferença entre o verbo ouvir e o verbo escutar. Um é físico, o outro é intelectual.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu só aceito isso, Sr. Deputado, porque o senhor devia estar machucado pelas críticas que lhe terão sido feitas – disse-me um ouvinte fortuito, mas insuspeito – no primeiro andar da aerogare da Ilha Terceira, depois de V. Exa. vir de uma ilha periférica para uma ilha capitalina, na passada Segunda-Feira.

Deputado João Cunha (PSD): Essa fonte está mal informada. O senhor é que foi induzido em erro!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas o cuidado que colocou nas informações que nos trouxe.

Contudo, quanto a este assunto, não fiquei totalmente esclarecido e permito-me por à vossa consideração as seguintes questões:

1ª Questão – Quotas Leiteiras.

Julgo que a posição do PSD é mais do que clara.

Se dúvidas houvessem a este respeito, a recente campanha para as eleições europeias e os compromissos assumidos pelo nosso candidato, Deputado Duarte Freitas, esclarecem-na completamente.

Em qualquer momento que se afigure oportuno, o PSD bater-se-á pelo aumento da quota leiteira dos Açores, que todos nós consideramos necessário, sobretudo em ilhas como a Graciosa.

Se olharmos para as ilhas da região onde se produz leite, se calhar São Miguel e a Terceira não são as mais necessitadas de quota.

Na minha opinião, neste momento, a necessidade de quota faz-se sentir mais nas Ilhas do Faial, Pico e Graciosa, justamente por causa dos investimentos que foram feitos na indústria transformadora que, para serem economicamente viáveis, têm que ter leite para laborar.

A verdade é que as quantidades de referência distribuídas nessas ilhas não estão nem a um terço da capacidade de laboração que está a ser instalada.

O caso da Graciosa pareceu-me flagrante.

Embora reconhecendo, Sr. Secretário Regional, que o que se passa na Graciosa resulta de um investimento privado, que obedece aos critérios da empresa, não se pode deixar de ter em conta que tem uma componente de investimento público muitíssimo grande, que foi objecto de análise, parecer e aprovação por parte do Governo Regional, o que criou um conjunto de expectativas na população e nos agricultores da Graciosa que não pode de forma alguma ser defraudado.

Se a nova fábrica vir comprometida a sua viabilização, julgo que se criará uma situação muito complicada para os lavradores da Graciosa.

Por isso digo que, independentemente da política comercial que vier a ser seguida, e essa é da inteira responsabilidade de quem gere a empresa, a questão da quota leiteira coloca-se nesta ilha com enorme actualidade.

2ª Questão – o Matadouro.

Sr. Secretário Regional, estamos num mercado único, com regras de aprovação dos estabelecimentos de abate e de transformação também únicas.

O estabelecimento que eu fui encontrar na Graciosa, que julgava totalmente remodelado e modernizado, não me pareceu que reunisse as condições necessárias para a sua homologação, à luz das exigências actuais.

Vi alguns equipamentos mais modernos, mas, em termos de estrutura funcional, ela continua com os mesmos “pecados” que trazia de trás. Na época em que foi construída era talvez uma estrutura moderníssima, presentemente não serve os interesses do desenvolvimento da economia da Graciosa.

3º Questão – a questão do frio no matadouro.

As instalações de frio existentes são apenas as necessárias para garantir minimamente, em condições, o abastecimento local.

Eu percebo o que V. Exa. diz, numa visão global da Região, o que respeita ao transporte de gado vivo para outras ilhas onde a sua transformação seja mais rentável. Mas, nestas coisas de transporte de gado vivo, a nado que eu saiba, só vão da ilha de São Jorge para o ilhéu do Topo. Para qualquer ilha da Região os animais têm que ser colocados num contentor, têm que ser transportados por um navio e têm que ser descarregados. São essas operações que representam os maiores custos da deslocação, não é o tempo da viagem. Ora, uma vez carregados, talvez seja mais compensador, em termos de mercado, ir colocá-los no porto de Lisboa ou de Leixões.

Por isso, eu julgo que cada ilha da Região terá que ter uma estrutura à sua dimensão, que possa garantir, pelo menos, a expedição em carcaça.

Há bons exemplos. Temos o caso das Flores. O matadouro construído nas Flores serve perfeitamente para satisfazer esses objectivos.

Infelizmente, as preocupações que trouxe da Graciosa estendem-se a São Jorge, no caso da Casa de Matança da Calheta, onde não encontrei uma modificação estrutural que permita aprovar aquele matadouro e colocá-lo a funcionar dentro as regras do mercado único.

Muito obrigado.

Deputado António Gomes (PS): O Projecto do Faial era melhor, não era?

Deputado Luís Medeiros (PSD): Era.

Deputado Fernando Lopes (PS): Com lixeiras a céu aberto.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Quando foi concebido era homologável. Entretanto, as coisas modificaram-se.

Deputado Mark Marques (PSD): Ele não conhece a ETAR de São Jorge.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Peço-vos que se circunscrevam à Ilha Graciosa.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à primeira questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros e que tem relevância para a situação da Graciosa, conforme ele, e muito bem, fez a ligação entre a situação das quotas leiteiras e a situação daquela ilha, nós já tivemos oportunidade de trocar impressões sobre esta matéria num debate.

É óbvio que a situação das quotas leiteiras não está esclarecida, porque alguém – ou a Coligação Açores ou o Governo da República – não está a dizer a verdade. Eu passo a explicar o meu raciocínio:

O Sr. Primeiro-Ministro diz que até 2014/2015 não se fala mais de quota para os Açores.

O líder da Coligação Açores diz que vai arranjar mais quota para os Açores.

Alguém está aqui com má intenção. Ou o Sr. Primeiro-Ministro sabe que é possível arranjar quota para os Açores antes de 2014 e 2015 e não disse ao Governo Regional dos Açores, ou então o líder do vosso partido sabe que não é possível arranjar mais quota para os Açores até a essa data e mantém esse tipo de postura.

A postura do Governo Regional não é essa. A postura do Governo Regional é diferente. Aquilo que o Governo Regional tem dito nesta matéria é a realidade, porque foi disso que fomos informados. Até 2014/2015 não se fala. É importante manter de pé a bandeira do aumento de quota, porque com a adesão de novos Estados-Membros, nomeadamente a Polónia, se este assunto aparecer é necessário pô-lo. Isto apenas para explicar o meu raciocínio em relação às quotas leiteiras.

Em relação à fábrica, quando o Sr. Deputado diz que o investimento privado foi analisado pelo Governo Regional, se pretende dizer que teve por parte de entidades

do Governo Regional uma análise técnica sobre a realidade daquele investimento, tem toda a razão. Mas gostava de lhe lembrar que não é apenas o Governo Regional. Não se esqueça que o IFADAP também dá parecer sobre aquilo. Se o IFADAP dá parecer que o projecto é fiável e pode avançar, é claro que pode avançar.

Em terceiro lugar, gostava de chamar a atenção para o seguinte:

Efectivamente é um aspecto que do ponto de vista de actuação do Governo Regional nós estamos atentos e estamos a trabalhar para o resolver.

O Sr. Deputado esteve na inauguração do terceiro concurso da raça Holstein-Friesian em São Miguel, e viu o Sr. Presidente do Governo anunciar um resgate.

O Governo Regional está internamente a lançar mão de todos os mecanismos ao seu dispor para, dentro da Região, poder gerir quota e poder, de certa forma, fazer aquilo que lhe compete. Esse é um dos aspectos que gostava de lançar, reconhecendo que existe um conjunto de ilhas em relação às quais existe uma maior premência em atender a questões de quota leiteira, nomeadamente a Graciosa, o Pico, o Faial entre outras.

Por último, o matadouro.

O Sr. Deputado está no plano ideal. O plano ideal seria que cada ilha – se calhar até sou mais ambicioso que o Sr. Deputado – tivesse uma estrutura de transformação à sua escala que permitisse desmanchar a carne, permitisse tratá-la e fazer de tudo e mais alguma coisa.

Mas o problema que temos neste momento e os passos que temos que dar não nos levam por aí.

Neste momento o senhor tem gado vivo exportado para o Continente. No I Congresso Regional da carne, o Sr. Deputado, numa intervenção que eu ouvi com todo o interesse, disse que tínhamos que reforçar a nossa capacidade para não exportar gado vivo. Esse gado devia ser abatido nos Açores e ficar por cá.

Nesta perspectiva há um ponto intermédio entre aquilo que é enviar o gado vivo para o Continente e aquilo que é o abate e a saída de gado em carcaça de cada uma das ilhas. É aí que entra a tal perspectiva regional.

Nós temos um conjunto de procedimentos que é necessário dar para que seja possível reforçar esta fileira e para que seja possível retirar mais rendimento para os agricultores nesse sector da carne.

Para finalizar, gostaria de dizer que o Governo Regional tem consciência do que é que é necessário fazer em termos de carne e do que é que pode e como deve fazer em termos de carne.

No entanto, nós temos situações que derivam das nossas disponibilidades financeiras, de todo o trabalho que já foi feito. O que interessa, fundamentalmente, é dinamizar esta fileira sendo certo que o ponto ideal não é possível de ser alcançado neste momento.

Era apenas para introduzir e explicitar este raciocínio, no caso concreto da carne, de que neste momento temos a situação do gado vivo para o Continente.

Interessa-nos agora que a nível regional seja possível fomentar que daqui saia, não animais vivos, mas carcaças, peças ou seja como for e havemos de ir, paulatinamente, atender a cada uma dessas necessidades.

Uma nota muito breve: isso também é um processo em que se tem que ter em conta que a realidade não é estática.

O que é que vai acontecer em São Miguel, por exemplo, com o fomento de cruzados?

Qual é a resposta que pode haver em termos de carne em São Miguel?

São Miguel não é uma ilha vocacionada para a produção de carne.

Na medida em que vamos num conjunto de outras pontas soltas articulando tudo isto, nós temos que ter consciência de que há uma realidade que vai mudando e não podemos, pura e simplesmente, fazer um investimento – eu percebo que não é a proposta, mas é apenas para tentar explicar melhor – como se a realidade fosse hoje.

Para a produção de carne temos as Ilhas da Graciosa, Pico, Flores, São Jorge, etc.

Há esta atenção, este raciocínio e este procedimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente recolocando o debate na Graciosa, porque entretanto ele já se desviou para São Miguel.

O conteúdo da intervenção do Sr. Deputado João Cunha, que aliás corresponde também a parte das conclusões e das notas públicas que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou no fim das jornadas realizadas na Graciosa, mais não faz do que dar voz àquela ilha, às suas instituições e à sociedade civil.

Em muitos dos tópicos daquelas conclusões ou da intervenção do Sr. Deputado João Cunha não fizemos nenhum juízo de valor. Apenas repetimos aquilo que ouvimos dos cidadãos individualmente e das instituições.

Portanto, não faz sentido. Julgo até que é uma ofensa para a Graciosa.

Ouvimos aqui, por exemplo, a Sra. Secretária Cláudia Cardoso dizer que não é verdade,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Não é!

O Orador: ... que é falso,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): É falso!

O Orador: ...que é mentira, o que foi dito pelo Sr. Deputado João Cunha.

É ou não verdade?

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Não é!

O Orador: A senhora não sabe o que é que faz aí.

Vamos a ver se nos entendemos.

Eu não gostava de ir além, porque escudar-se nesses partes de que nunca sabe e outras coisas do género, confesso que não lhe fica bem.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Líder Parlamentar, ponha ordem nesta Casa!

O Orador: A senhora ainda ontem deu provas de não saber o que diz. A propósito do projecto que teria sido apresentado pela Câmara Municipal da Graciosa para a construção de um porto de recreio, disse que a obra provavelmente já estava pronta ou já devia estar pronta.

Sobre quem diz ou quem não faz estamos conversados.

Pergunto:

É ou não é verdade que uma equipa desportiva da Graciosa, para participar numa competição associativa ou regional, sai da Graciosa à Sexta-Feira e só pode regressar na Terça?

Deputado José Nascimento Ávila (PS): É verdade!

O Orador: É verdade e o Sr. Deputado José Nascimento confirma. Mas para a Sra. Secretária não é.

É ou não é verdade, por exemplo – interpelava aqui o Sr. Deputado Manuel Avelar, sabendo que regimentalmente não pode participar, mas pode acenar – que o Governo Regional recusou assinar um contrato de associação com a Academia Musical que V. Exa. é presidente?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): É óbvio que sim. A lei não permite!

Deputado José Nascimento Ávila (PS): São casos pontuais!

O Orador: Entre outras consequências originou a redução do número de alunos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): A ignorância é uma coisa incrível!

O Orador: Dificuldades financeiras que se traduzem, nomeadamente em vencimentos em atraso aos professores. É ou não é verdade?

Fico à espera pelo menos de um aceno de Sr. Deputado Manuel Avelar, a menos que possa concluir legitimamente que quem cala consente.

É ou não é verdade que na Graciosa estão recenseados mais de 50 alunos com necessidades educativas especiais e não existe sequer uma equipa de educação especial?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Mais uma vez um disparate.

Que figura triste que faz. Devia ficar quieto!

O Orador: A figura triste é sua!

Presidente: Sem prejuízo do debate eu recomendo que se vá caminhando para o final da Graciosa, porque já temos umas dezenas de intervenções sobre a ilha e continuam as inscrições.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): A Graciosa também tem direito!

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

(* **Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se comece de trás para a frente, se da frente para trás, mas vou começar por algum lado.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Não comece de todo que é melhor!

O Orador: Sr. Secretário, eu até estava para não falar para si, mas registei que a fábrica de lacticínios da Graciosa, e foi o senhor que o disse, é da iniciativa privada. Até que enfim tiraram um pouco da carga política que querem dar àquela fábrica. Muito bem, Sr. Secretário, gostei dessa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quanto à cabotagem, Sr. Secretário, nos tempos em que o Sr. Eng. Guterres era Primeiro-Ministro deste país, a responsabilidade da cabotagem insular já pertencia ao Governo da República.

Nessa altura, o senhor nunca disse nada sobre o projecto que estava na gaveta para suprimir a Graciosa e outras ilhas da nossa Região das escalas que se faziam.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade e não diga isso porque sabe que é verdade.

Neste momento registo que a cabotagem está a funcionar bem. Sabe desde quando é que está a funcionar bem? Desde que os senhores saíram do Governo da República. A partir desse dia ela começou a funcionar bem. Custa-lhe caro ouvir isto, mas a verdade dos factos é esta.

Sra. Secretária, aquilo que disse sustento. Existem subsídios que são dados ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Prove o que está a dizer!

O Orador: Não provo neste momento, mas vou provar-lhe depois, nesta Casa. Eu não tenho medo de provar nada porque tenho a certeza daquilo que estou a dizer, enquanto a senhora não sabe aquilo que diz.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sei muito bem!

O Orador: Acalme-se, porque vou provar tudo o que estou a dizer.

Digo-lhe mais, Sra. Secretária:

Não é só da senhora, nem apenas através da sua Secretaria, que vão subsídios para a Graciosa.

Ao seu colega das Obras Públicas a senhora devia perguntar pelo dinheiro que ele atribui às diversas Juntas de Freguesia e a quem se destina. Era isso que a senhora devia fazer para depois vir aqui clarificar a acção do Governo na Graciosa.

Sr. Deputado José Nascimento, o senhor com a ânsia de justificar aquilo que é injustificável, fala nos apoios que foram dados no tempo do PSD.

O senhor lembra-se das bândias que foram plantadas no campo de jogos do Gaudalupe?

Quantos anos é que elas têm?

Há quantos anos é que o Partido Socialista tem responsabilidades governativas nesta Região?

O senhor falou-me aqui em duas mil bândias.

Sr. Deputado, o senhor frequenta o campo do Gaudalupe como eu frequento e sabe que o que tem lá é relva sintética, não são bândias, porque até mesmo é inconveniente jogar com bândias.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Nascimento Ávila (PS): As bândias servem de abrigo!

O Orador: Duas mil bândias?!

Eu não vi nada disso.

O senhor falou aí numa informação. De que ano é?

Deputado José Nascimento Ávila (PS): De 1999!

O Orador: De 1999? Onde é que o senhor vê lá as bândias plantadas?

O senhor tenha a coragem de dizer aqui se em 1999 foram plantadas lá algumas bândias.

O senhor viu no campo de jogos do Guadalupe algumas bândias plantadas?

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Tem sim senhor!

O Orador: Tem, mas não são desse ano.

Eu sei que o senhor percebe pouco de agricultura e de muitas mais coisas.

Sr. Deputado, quanto às colaborações com as Juntas de Freguesia em relação aos caminhos, de quem é a responsabilidade dos caminhos?

Já há legislação regulamentada atribuindo competências às Juntas de Freguesia?

Deputado Renato Leal (PS): Há. Os vicinais!

O Orador: Mas não são desses caminhos que o Sr. Deputado José Nascimento está a falar e já que mandou um aparte, Sr. Deputado Renato Leal, agora falo para si.

Sr. Deputado, somos amigos. Por isso, deixe-me dizer-lhe que o que se falava outro dia na aerogare nas Lajes não foi aquilo que a sua fonte de informação lhe disse.

Essa fonte de informação deturpou-lhe a notícia que, por consequência, não é boa.

O que nós estávamos a falar outro dia na Base das Lajes foi das amarguras que o senhor sentiu há 4 anos atrás, quando o Sr. Presidente do Governo lhe fez determinadas promessas e depois não cumpriu. Era disso que estávamos a falar.

Está a ver como se enganou redondamente?

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Mark Marques (PSD): Cuidado com as fontes. A fonte está inquinada!

Presidente: Vamos prosseguir os nossos trabalhos. Espero que esteja resolvido o problema das bândias e que se passe a outros assuntos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo, mas na sequência da troca de impressões com o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, gostaria de dizer que, no que se refere à questão das quotas leiteiras, é para nós uma questão totalmente clarificada.

Julgo que não vale a pena continuar a explorar aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse no calor do encerramento de umas negociações que foram difíceis e que tiveram um resultado favorável. Foi a perspectiva do momento, ... “o problema da quota dos Açores está resolvido!”.

Outra coisa completamente diferente foi aquilo que sempre dissemos,...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*): Sempre “dissemos”?!

Não foi isso que ele disse!

O Orador: ... de termos necessidade de procurar adaptar a quota leiteira distribuída nos Açores à capacidade produtiva da Região, e isso continua a verificar-se.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*): E o que ganhámos?

O Orador: Ganhámos sim senhor. Eu já tive oportunidade de dizer, no outro debate que tivemos, que ganhámos 50 mil toneladas de quota quando não tínhamos nada e mais 23 mil de franquia.

Portanto, foi bastante melhor do que as 73 mil toneladas de franquia que tivemos durante 4 anos, reduzidas a zero a 31 de Março de 2003 com o compromisso do Governo do partido Socialista. Isso para nós é claro.

Quanto à questão da carne, o Sr. Secretário levantou um conjunto de pistas interessantíssimo para outro debate, não para este, porque iríamos fugir do debate referente à Ilha Graciosa.

Inclusivamente, as pistas que deixou sobre o que será o comportamento de ilhas como São Miguel e Terceira quando se fizer o fomento de cruzados, daria aqui “pano para mangas”, e seria com certeza um debate interessantíssimo.

Porém e voltando à rede regional de abate, não posso deixar de dizer que fiquei um pouco confrangido quando vi que dois investimentos em duas ilhas que considero importantes neste sector, designadamente a Graciosa e São Jorge, não estão em condições de dar satisfação àquilo que se pretende.

O Sr. Secretário disse, e muito bem, que isso tem que ser feito por fases, tem que ter uma evolução, uma certa dinâmica. É verdade que há ilhas que não têm dimensão para poder ter uma indústria de desmancha transformação de carnes, porque não é rentável. Porém, devíamos poder garantir a transformação de gado vivo em exportação de carne e a sua expedição ser feita pelo menos em carcaça .

Pareceu-me que nem o matadouro da Graciosa nem o de São Jorge estão em condições de dar essa garantia.

Nesta troca de impressões sobre matadouros, ouvi alguns apartes quanto ao matadouro do Faial. Muito bem. O Matadouro do Faial pode até não ter neste momento as condições que a legislação comunitária exige.

Deputado António Gomes (PS): Nunca teve.

O Orador: Peço desculpa, mas teve.

A título de exemplo gostaria de vos referir que numa ida a Bruxelas tive oportunidade de ler num jornal que o respectivo matadouro ia ser encerrado durante 3 meses para ser reestruturado e poder funcionar de acordo com a legislação comunitária.

Com isto quero dizer que os conceitos tecnológicos e de higiene evoluem. A legislação e a regulamentação também evoluem. É preciso ir acompanhando essa evolução.

Já que se falou no Matadouro do Faial, devo dizer que quando foi projectado, quando se lançou o concurso e se começou a construção, era um matadouro homologável.

Quando chegou ao fim, e já não fui eu o responsável pela conclusão das obras, já não o era.

Estou convencido que ele é susceptível, tal como aconteceu em Bruxelas, de ser encerrado durante uns tempos, ser readaptado e ser recolocado dentro das normas. O que é essencial numa Região produtora de carne como aquela que nós queremos ser, é que a estrutura de abate permita a nossa presença no mercado e permita ficarmos com as mais valias dessa produção, acabando, ou, pelo menos, tentando reconverter o mais possível a exportação de gado vivo em exportação de carne.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

(*) Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Em termos de contentores, no tempo do PSD, os graciosenses pagavam 260 contos para a carga, no manuseamento pagavam 25 contos e nas outras ilhas pagavam 3 mil e 500 escudos.

Foi com o Governo do Partido Socialista que todas as ilhas passaram a pagar 3 mil e 500 escudos por manuseamento. Os contentores passaram de 260 para 160. Acho que foi um decréscimo bastante acentuado.

Relativamente às bâncias, eu não sei a idade. Tenho aqui um documento oficial que aponta esses números, mas quando for lá sou capaz de pedir um Bilhete de Identidade para vermos a idade.

Se o Dr. Bagão Félix fala com as árvores da sua quinta, eu também tenho direito de falar com as bâncias que estão no campo de jogos do Guadalupe.

Deputado João Cunha (PSD): Poder pode, elas é que não o entendem!

O Orador: Mas ainda vão vir a entender.

Quando à insistência dos subsídios, gostaria de dizer que suponho que certos presidentes de Juntas de Freguesia da Graciosa deixaram de pedir coisas porque já estavam a ficar incomodados pelo facto de estarem a ser tão apoiados, por isso pararam. Tanto assim é que não houve pedidos. Se não houve pedidos não poderá haver contrapartidas.

Talvez não devia referir esta conversa, mas vou ter que referi-la. É que houve um presidente de Junta de Freguesia que me disse que nunca foi tão apoiado pelos Governos do PSD como é agora pelos Governos do PS. Disse mesmo que não pode dizer isso em praça pública, mas disse-me a nível particular.

Deputado João Cunha (PSD): Esqueceu-se de dizer o nome. É o Presidente de Santa Cruz da Graciosa!

O Orador: Não é o Presidente de Santa Cruz.

Houve um da Freguesia da Luz que disse que estava a ser discriminado há 14 ou 15 anos. O Governo do Partido Socialista vai fazer agora 8 anos de governação, e que eu saiba ele sempre foi presidente da Junta de Freguesia da Luz e nunca foi do PS para ser discriminado pelo PSD.

Para terminar – provavelmente esta será a minha última intervenção – confesso que no decorrer deste debate nota-se claramente o estado de espírito da oposição.

Eu comparo isto àquilo que foi escrito por José Saramago, quando lhe foi atribuído o Prémio Nobel da Literatura, no ensaio sobre a lucidez, em que ele a um dado passo, querendo descrever o estado de espírito de uma Assembleia de voto, dizia: “estamos

náufragos no meio do oceano, sem leme, sem mastro, sem vela e sem gásóleo no depósito”.

Deputado Natividade Luz (PS): *Muito bem!*

Deputado João Cunha (PSD): É verdade e em relação à Graciosa temos visto isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Com este momento cultural partimos para um intervalo de 10 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Pouco mais de duas décadas após a sua criação, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 32/80/A, de 11 de Dezembro, o Serviço Regional de Saúde encontra-se numa nova fase, em resultado das alterações operadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de Julho, marcada, designadamente, pelo reforço da garantia de acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, bem como pela promoção de modelos de organização dos cuidados adequados à nossa realidade geográfica e pela gestão descentralizada e participada, buscando a maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados, promovendo significativamente a obtenção de ganhos em saúde para as populações.

Esta reestruturação tem vindo a ser implementada evidenciando a adequação do Serviço à realidade de cada uma das ilhas, procurando dar localmente o máximo de respostas às necessidades de saúde dos seus utentes, e sempre acompanhada das necessárias modificações estruturais e funcionais, assumindo particular importância

a afirmação da ilha enquanto unidade base da organização, administração e prestação de cuidados, bem como a criação de condições para a definição da extensão mínima de cuidados que devem ser assegurados em cada ilha e a clarificação da coordenação de todos os meios disponíveis localmente.

Desde 1997, com a aprovação do Decreto Regulamentar Regional n.º 15/97/A, de 25 de Julho, e consequente nomeação de comissões coordenadoras em algumas ilhas, bem como com a publicação de determinada regulamentação, foi possível melhorar qualitativa e quantitativamente a prestação local de cuidados de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que respeita à ilha do Pico, cuja Comissão Coordenadora da Prestação de Cuidados de Saúde de Ilha foi nomeada em finais de 1997, e apesar desta não poder interferir nas competências específicas dos conselhos de administração dos centros de saúde, foi possível – não obstante a sua intervenção estar limitada a questões de âmbito geral – conferir uma maior equidade na oferta dos cuidados de saúde prestados pelos três centros de saúde à generalidade dos utentes.

As melhorias nos cuidados de saúde prestados na ilha do Pico, nos últimos anos, traduzem-se, comparando os anos de 1995 e de 2003, por exemplo:

No aumento para mais do triplo das consultas de especialidade, passando-se de 2.899 para 9.136;

Na quase duplicação das análises clínicas, passando-se de 55.622 para 101.028;

No incremento dos domicílios efectuados pelo pessoal de enfermagem, que do zero passou-se para os 10.620.

As Portarias n.º 43/97, de 26 de Junho, e n.º 11/99, de 18 de Março, permitiram incrementar a deslocação, de forma regular, de médicos da carreira hospitalar aos Centros de Saúde do Pico, disponibilizando uma prestação de cuidados de saúde integrados e sequenciais e provou que, apesar das limitações da Comissão Coordenadora da Prestação de Cuidados de Saúde de Ilha do Pico, a gestão local é, sem sombra de dúvida a mais eficaz.

Neste particular estamos perante resultados manifestamente animadores que só foram possíveis de alcançar graças à grande disponibilidade dos médicos envolvidos, à eficaz gestão do seu tempo de trabalho, à máxima rentabilização dos

meios locais e, ainda, à compreensão revelada, para com esta realidade, pelos directores dos três hospitais da Região, bem como dos respectivos chefes de serviço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

No início do passado mês de Abril entraram em funções o Conselho de Administração da Unidade de Saúde do Pico e os novos titulares dos órgãos de direcção técnica dos centros de saúde.

Este novo modelo, assente na centralização administrativa e financeira, na gestão integrada e racional da generalidade dos meios humanos e materiais e na implementação de maior e melhor oferta de cuidados especializados, incluindo especialidades médicas, permitirá a obtenção de ganhos em saúde para a população do Pico ainda mais significativos do que aqueles alcançados nos últimos anos.

Não obstante os novos órgãos da Unidade de Saúde do Pico estarem em funções há escassas dez semanas, essas melhorias já começaram a fazer sentir-se, de forma significativa.

Ainda em Abril, foi instalado um moderno auto-refractómetro e lançado um programa de oftalmologia que possibilitará, até ao final deste ano, a realização de cerca de 1.500 consultas de oftalmologia e mais 150 consultas de optometria.

Anteontem, a Unidade de Saúde do Pico iniciou um novo programa de radiologia que, conjugado com a aquisição de um novo ecógrafo, permitirá, também até ao final deste ano, a realização de cerca de 1.200 mamografias e ecografias mamárias, para além de 150 ecografias gerais. Com este programa será possível, em apenas sete meses, reduzir o tempo médio de espera – actualmente superior a um ano e meio – para menos de seis meses.

Estas evidências deixam-nos particularmente satisfeitos e reforçam a nossa convicção de que, estamos no bom caminho, e que com esta dinâmica e competência, os picarotos terão ao seu dispor cada vez mais e melhores cuidados de saúde.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge não me merece grandes reparos, porque ela traz muito pouco de novo, aliás, como muito pouco de novo, em termos de saúde na Ilha do Pico, trouxe este Governo durante 8 anos.

Na realidade, durante estes 2 mandatos de governação socialista, penso que se o Sr. Deputado Hernâni Jorge quer erguer algumas bandeiras positivas, reais e concretas na Ilha do Pico, tem com que fazê-lo, mas noutras matérias.

A saúde foi um sector em que durante 8 anos este Governo pouco ou nada fez, a não ser criar legislação, dando corpo jurídico à unidade de saúde da Ilha do Pico, que em si também não trouxe nada de novo até agora, embora os seus objectivos sejam nobres, estratégicos e importantes para o benefício do sistema de saúde daquela ilha. Desde logo, melhorar os cuidados de saúde e permitir uma gestão administrativa mais racional.

Quanto ao objectivo mais nobre que esta legislação e a criação deste serviço de saúde na Ilha do Pico pode proporcionar aos picoenses, que são mais e melhores cuidados de saúde, se o Sr. Deputado Hernâni Jorge quiser ser justo e honesto, reconhecerá que nesta matéria não há qualquer mais valia até agora.

Quando à mais racional gestão administrativa que convém que seja implementada rapidamente, atenta a gestão caótica e desastrosa que em matéria de execução orçamental existe nos três centros de saúde da Ilha do Pico, também pouco ou nada de novo trouxe, a não ser a criação de mais postos de trabalho, ou melhor, de mais encargos com a administração, uma vez que se criaram novos directores clínicos para os três centros de saúde, chefes...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Faz parte da legislação. Isso é ignorância, Sr. Deputado.

O Orador: Isso decorre da legislação, mas em termos de encargos financeiros são mais encargos para o cômputo da administração da saúde na Ilha do Pico.

Neste momento, não só se pagam novos ordenados a uma administração, como se estão a pagar suplementos aos ordenados dos três directores dos centros de saúde daquela ilha e a chefes-enfermeiros.

Para já, esperemos que num médio prazo a Ilha do Pico beneficie da criação desta unidade de saúde. Esperamos um benefício – grande, se possível, – em matéria de mais e melhores cuidados de saúde do que temos actualmente na ilha.

É com gosto que ouvimos que estão a ser feitos protocolos e contratos com especialistas e há uma intenção de se fazerem certos trabalhos de clínica na Ilha do Pico que até agora não estão a ser feitos, nomeadamente o da ecografia.

Mas é preciso denunciar aqui a demora que houve na entrada em funcionamento do mamógrafo, um equipamento que foi diligenciado pelos três Presidentes de Câmara do Pico, numa deslocação à América, e oferecido ao Centro de Saúde de São Roque, e que esteve mais de dois anos sem funcionar, porque não se tinha investido na aquisição de um técnico para trabalhar com este equipamento.

Portanto, isto denota alguma negligência da tutela nesta área para pôr em funcionamento um equipamento que ainda por cima não custou nada ao erário regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio, os Deputados do Partido Socialista, eleitos pelo círculo eleitoral do Pico, podiam fazer intervenções em todos os plenários referenciando a obra física que os Governos do Partido Socialista têm feito no Pico. Podíamos falar de inúmeras coisas que estão a ser feitas, que estão em fase de conclusão ou em fase de concurso, mas isso é tão evidente que não vale a pena estar permanentemente a ser referenciado.

Para nós, é óbvio que a obra física é importante, mas há outras obras que também o são.

A questão da prestação de cuidados de saúde na Ilha do Pico, se atendermos ao histórico, se atermos àquilo que foi a herança que nos coube, tendo em conta a

situação que vivíamos, este trabalho que está a ser feito a nível da implementação da Unidade de Saúde de Ilha, é fundamental.

Passadas 10 semanas da tomada de posse do Conselho de Administração e dos novos directores dos centros de saúde, começam a aparecer resultados, não só do ponto de vista interno com as questões administrativas, mas também os resultados da prestação de mais e melhores cuidados de saúde.

Nós consideramos que fazer mais de mil exames desta natureza no Pico, evitando que as pessoas se desloquem a outras ilhas, é muito bom. É bom para essas pessoas, é bom para a ilha e é bom para a qualidade dos cuidados de saúde que queremos que cada vez mais sejam prestados na Ilha do Pico.

É evidente, como disse o Sr. Deputado Cláudio Lopes, que o objectivo da criação da Unidade de Saúde de Ilha é nobre e é estratégico.

Porque é nobre e estratégico começa já a apresentar resultados, em termos internos, desde o primeiro dia, e em termos de prestação de cuidados de serviços de saúde desde a passada segunda-feira.

Por outro lado, convém desmistificar algumas coisas que não estão correctas, mas já foram afirmadas várias vezes e repetidas muitas vezes geram alguma confusão.

Não é verdade que a implementação da Unidade de Saúde de Ilha tenha trazido mais custos administrativos, a nível da saúde, à Ilha do Pico. Não é verdade por uma razão simples. É que passou-se de 9 para 3 administradores.

Os directores enfermeiros e os directores clínicos dos centros de saúde não têm nada a ver com a existência da Unidade de Saúde de Ilha.

São cargos técnicos que existiriam e têm que existir em todas as circunstâncias, quer haja a Unidade de Saúde de Ilha, quer não haja, porque são fundamentais para a prestação de cuidados de saúde nesses espaços físicos. Portanto, não tem nada a ver com a criação da Unidade de Saúde de Ilha.

Teriam forçosamente que existir. Existem e têm que existir à semelhança de muitas outras empresas que têm os seus cargos de directores pelas mais diversas funções, mas normalmente sempre por questões técnicas e por questões de segurança.

Não é verdade que tenha havido um acréscimo, não é verdade que tenham sido criados mais cargos ou lugares de chefia, muito pelo contrário.

Quando à gestão caótica eu confesso que não considero isso. Considero que os administradores e as administrações dos centros de saúde fizeram o melhor trabalho que lhes foi possível fazer com as condições que tinham. Aliás, são profissionais dedicados e competentes.

Aproveito este momento para prestar a minha homenagem aos profissionais da saúde do Pico que, com esforço e dedicação, têm ido muito além daquilo que era de esperar na prestação, na atenção e nos cuidados que têm prestado às populações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A prestação dos cuidados de saúde não se rege por regras estritas de administração de uma qualquer outra empresa ou de outro qualquer sector.

Os centros de saúde não fecham nem deixam de prestar os cuidados só porque têm falta de alguns médicos ou técnicos de saúde.

Naturalmente há uma sobrecarga para esses profissionais, por isso tem que haver o retorno no pagamento do serviço prestado, ainda que isso resulte naquilo que disse o Tribunal de Contas ao fazer uma análise descontextualizada do sector da saúde, porque era esse que estava a ser analisado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Não posso estar mais em desacordo consigo quando afirma que muito pouco de novo se trouxe à saúde no Pico nos últimos anos. Pelo contrário. Muito de novo se trouxe à saúde no Pico nos últimos anos.

Todos gostaríamos que tivesse sido mais.

As consultas de especialidade triplicaram de 95 a 2003. Acha pouco?

Nós não achamos e congratulamo-nos com esta evidência.

Os meios auxiliares de diagnóstico, designadamente as análises clínicas, praticamente duplicaram neste período. Acha pouco?

Não, não é pouco. É o resultado do empenho do Governo e dos profissionais de saúde em cada um dos centros de saúde da Ilha do Pico.

Os domicílios efectuados pelo pessoal de enfermagem, que não existiam em 1995, hoje são de 10.620. Considera pouco?

Não. É muito e os profissionais de saúde da Ilha do Pico têm-se empenhado e merecem o nosso reconhecimento por este empenho.

Gostaríamos todos, particularmente nós, deputados eleitos pela Ilha do Pico, que a Unidade de Saúde tivesse sido implementada e operacionalizada há mais algum tempo, mas não foi possível.

O PS e o Governo Regional não se limitaram a criar legislação. Criaram, implementaram e em apenas 10 semanas alguns desses resultados são visíveis.

Sr. Deputado, no ano 2003 realizaram-se no Pico 208 consultas de oftalmologia. Até ao final deste ano, são possíveis realizar, com o programa lançado em Abril, 1500 consultas de oftalmologia, mais 150 de optometria. É pouco?

Não, não é pouco. É muito.

É o resultado e a consequência da tomada de posse do novo Conselho de Administração da Unidade de Saúde do Pico.

Sr. Deputado, são estes dados, estas evidências, tal como o início do programa de radiologia, que motivou esta nossa intervenção que se iniciou na passada segunda-feira.

Estes primeiros dias de actividade do novo Conselho de Administração evidenciam o caminho que se começou a trilhar, que se pretende seguir, o bom caminho, e são a nota e a certeza dada aos picarotos de que muito mais e muito melhor será feito no futuro, assim todos o pretendamos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há muito mais a dizer sobre esta matéria, uma vez que conheço alguma dificuldade dos Srs. Deputados do PS em defender melhor esta bandeira que o PS e o Governo Socialista pretenderam durante 8 anos, mas não conseguiram grandes argumentos junto dos picoenses para hoje erguê-la com alguma autoridade e credibilidade.

Na realidade, levar 8 anos para apenas elaborar legislação para criar uma Unidade de Saúde na Ilha do Pico e nomear um conselho de administração há escassos 2 meses, parece-me muito pouco para um Governo que está há 8 anos em exercício e para uma ilha que tem esta como a questão mais preocupante, não só para os picoenses que têm uma política de oposição a este Governo, mas também reconhecida pelos próprios dirigentes socialistas da Ilha do Pico.

Há bem poucos dias, numa reunião do Conselho de Ilha isso foi demonstrado.

Já agora, a propósito do Conselho de Ilha, ele quis discutir esta matéria, em devido tempo, com a titular da pasta, a ex-Secretária da Saúde, Dra. Fernanda Mendes, mas ela recusou-se a ir ao Pico. Isto espelha bem os interesses da ilha pela sua composição que nada tem de conotações partidárias ou pelo menos é um órgão muito plural.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Olhe para os números!

O Orador: Os números do Sr. Deputado Hernâni a mim dizem-me pouco. Mais consultas, mais análises é um fenómeno que evolui em todas as ilhas, no país e em todo o mundo, atenta a tendência para o aumento do escalão da 3ª idade, necessitando cada vez mais de um maior cuidado e de uma maior assistência clínica e médica.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, não sou eu que afirmo que há mais custos administrativos neste momento com ordenados e com subvenções suplementares aos clínicos. São os próprios directores clínicos que afirmam que há mais encargos com a administração global da Ilha do Pico, no sistema de saúde.

Admiro-me muito, Sr. Deputado Lizuarte Machado, sendo um gestor e até um consultor de várias empresas e sei que tem feito um trabalho importante, sério e tecnicamente rigoroso em aconselhamento na gestão, vir defender a gestão orçamental e financeira há bem pouco tempo denunciada pelo próprio Tribunal de Contas dos três centros de saúde da Ilha do Pico.

No Centro de Saúde de São Roque, que foi o primeiro a vir para a praça pública, foi uma verba que não pesa muito, que não tem muito significado. Foram 500 e tal euros. Já na Madalena é de 500 e tal mil euros e nas Lajes do Pico são 900 e tal mil

euros de execução financeira não cabimentada. Isto é aquilo que se chama, tecnicamente, uma irregularidade.

Deputado António Gomes (PS): E nas vossas câmaras como é que é?!

O Orador: Eu, enquanto autarca, se tivesse tido inspecções do Tribunal de Contas em que me fosse detectada uma irregularidade destas, no mínimo, tinha ficado sujeito a ser condenado.

Portanto, é preciso chamar à responsabilidade quem de direito, quem gere o erário público.

Pôr a manta por cima de gestões desta natureza e sobretudo vindo da sua parte, Sr. Deputado, acho que não fica muito bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Cláudio Lopes diz que não afirma que há mais custos. Eu ouvi o senhor afirmar isso, mas também já ouvi outras pessoas, como disse.

O senhor não afirma, mas devia negar que isso é verdade, porque como afirmou no Conselho de Ilha – e lê a legislação como eu leio – tirando os três administradores, todos os outros cargos técnicos decorrem da própria lei. Portanto, sabe como eu sei que não houve um aumento de custos.

Se não o afirma, também não nega, mas pelo menos devia negá-lo.

Relativamente à gestão financeira dos centros de saúde e à execução financeira não cabimentada, é verdade que havia execução financeira não cabimentada. Essa execução não cabimentada foi justificada convenientemente pelos três centros de saúde.

Também é verdade que parte de execução financeira não cabimentada tinha a ver com a prestação continuada de cuidados, ou seja, com o facto de não se poder fechar a porta.

Os picarotos não querem saber se essa execução é ou não cabimentada. O que lhes interessa é saber que a porta não foi fechada, os médicos estiveram lá e os serviços funcionaram. Quando eles lá chegaram foram atendidos.

Parte significativa ou quase total da gestão financeira não cabimentada teve a ver com isso, com o não fechar a porta...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com a falta de dinheiro!

Deputada Fernanda Mendes (PS): Foi sempre assim. Nunca se fechou a porta a ninguém!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é ou não é?

Deputada Fernanda Mendes (PS): É um problema de todos. Não é de agora!

O Orador: ... com o manter os serviços a funcionar de forma continuada e responsável.

Quanto à melhoria da prestação de cuidados de saúde, é evidente que se pode considerar como um fenómeno perfeitamente natural passar de 2 mil e tal consultas de especialidade para 9 mil e tal, num tão curto espaço de tempo.

Só é um fenómeno natural, e sobretudo só é um fenómeno possível, porque teve o empenho do Governo e dos profissionais de saúde, senão, tal não era possível.

Um crescimento tão elevado em termos percentuais, num tão curto espaço de tempo, não era possível sem o empenho do Governo, sem a dedicação e o esforço dos profissionais de saúde, tal como a questão dos domicílios que é fundamental para uma população idosa, carente, muitas vezes vivendo sozinha, em situações que eu conheço e que o Sr. Deputado também conhece. Este é um serviço fundamental que passou de zero para mais de 10 mil domicílios.

É perfeitamente natural e resulta de uma necessidade.

É evidente que são fenómenos naturais, mas só o são a partir de 1996. Antes não eram fenómenos naturais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste termo de legislatura não posso deixar de levantar nesta Assembleia Regional, uma preocupação sobre algumas questões que temos constatado nos últimos tempos e que se referem essencialmente a aspectos do funcionamento desta instituição.

Pretendo apenas, com este contributo, sugerir que no decurso da próxima legislatura seja possível proceder-se a uma necessária e ampla adaptação deste órgão às novas exigências e conceitos da sociedade açoriana.

Na realidade, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não tem a imagem que todos nós mais gostaríamos, junto da opinião pública.

São muitas as razões pelas quais isso acontece. E são bem conhecidas de todos nós. No entanto, existem naturalmente soluções para tão grave problema da nossa autonomia.

Muitas iniciativas poderiam e deveriam ser promovidas em prol da imagem do Parlamento Açoriano.

Basta para isso sentar à mesma mesa um conjunto de pessoas das mais diversas áreas, ouvi-las e depois tomar as medidas adequadas para por em prática as ideias seleccionadas.

Em primeiro lugar não é possível dar uma ideia concreta desta Assembleia sem o chamado «Canal Parlamento».

Num encontro sobre o Desenvolvimento Concelhio que se realizou, no passado mês, na Vila das Velas em São Jorge, numa comunicação pública do painel convidado para falar sobre a importância da comunicação social, este assunto foi abordado e concluiu-se mesmo que deveria ser estudado com maior profundidade.

Colocou-se mesmo a questão de que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não terá explorado devidamente as possibilidades técnicas e de custos, disponíveis no mercado, para operacionalizar o Canal Parlamento.

Neste momento, por exemplo, uma empresa dos Açores está a demonstrar na Feira da Tecnologia que esta a decorrer em São Jorge, como é possível montar um canal de televisão para o Parlamento, com tecnologia de ponta, e a preços que nada tem a ver com a recolha efectuada pela Comissão nomeada pelo Parlamento para esse fim. É preciso, por isso, repensar todo este processo.

Temos consciência de que a criação do Canal Parlamento nos Açores será uma medida muito importante para divulgação dos nossos trabalhos bem como para encurtar distâncias entre o eleitor e o eleito.

A três dias de umas eleições onde a abstenção foi exagerada, não podemos ficar indiferentes a este grave problema, também da sociedade açoriana.

Diga-se o que se disser sobre as eleições mas a conclusão é esta: aqueles que exercem a actividade política têm que repensar muitas das suas iniciativas, a sua forma de fazer política e, muito particularmente, a divulgação dos seus trabalhos. Numa palavra têm que se adaptar à nova realidade.

Todos nós temos a experiência de um período onde a RTP/A fazia transmissões directas prolongadas sobre os trabalhos parlamentares. Estava a dar resultado. As pessoas estavam a começar a acompanhar a nossa actividade, nesta Assembleia, como seus representantes. Quantas vezes com criticas construtivas, achegas, sugestões, etc. O parlamento entrava, de facto, em casa das pessoas.

Mas a RTP desistiu desse trabalho, para desânimo nosso e dos açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas outras iniciativas poderiam fazer mudar a imagem do nosso Parlamento.

Refiro-me a iniciativas como por exemplo trazer a esta Assembleia um maior número de grupos de jovens e grupos de pessoas das mais variadas actividades profissionais. Ouvi-los mesmo no próprio Parlamento sobre diversos temas. As suas preocupações e as suas sugestões não devem ser ignoradas. Alguns dirão que isso poderá trazer outro género de consequências, mas a verdade é que temos que inovar e reconquistar a necessária confiança no órgão principal da nossa autonomia.

Não podemos ficar agarrados aos métodos do passado.

É certo e sabido que mais facilmente uma pessoa que conhece este Parlamento tem sensibilidade para o que aqui se passa do que as pessoas que nunca cá estiveram ou que nunca nos acompanharam.

Entendo, portanto, de fundamental importância trazer pessoas a esta Assembleia, mas, sublinho: por nossa iniciativa. Não de forma passiva, consoante os pedidos que nos aparecem.

É preciso em primeiro lugar que queiramos divulgar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, e esta decisão parece ainda não estar tomada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra questão que me parece importante é a de abrir a possibilidade de trazer a esta Assembleia pessoas especialistas em determinadas áreas para nos falarem – a nós e a todos os açorianos – sobre matérias que se entendam por convenientes devido à sua especificidade.

Algumas pessoas poderão pensar que não faz sentido, porque já existe um espaço próprio para isso, mas a realidade é que esse, ou esses espaços, não têm o devido tratamento de divulgação.

Temos que ter abertura para alterar muita coisa neste Parlamento, com a urgência que não pode ultrapassar, em nosso entender, a primeira metade da próxima legislatura.

É imperiosa a necessidade de incentivar os jovens açorianos e de forma particular os novos quadros que se vão formando por toda a região, para a actividade política.

Temos, por outro lado, que fazer entender as nossas populações de que o desenvolvimento das nossas terras é decidido também através da actividade política, nesta Assembleia.

Numa palavra, temos pouco tempo – a avaliar pela evolução dos tempos – para alterarmos o funcionamento deste órgão, sob pena de hipotecarmos o capital de credibilidade que apesar de tudo esta casa ainda detém nas nossas ilhas.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, depois desta intervenção interessante, devo dizer que não posso intervir no debate para pedir esclarecimentos nesta qualidade.

Eu gostaria que o Sr. Deputado me fizesse chegar cópia da sua intervenção e apresentasse sugestões para eu próprio analisar.

Não havendo pedidos de esclarecimentos, que deveriam ser feitos por mim ou pela Comissão de Assuntos Parlamentares, vamos passar à próxima intervenção.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, hoje, reconhecidamente é um destino turístico já bastante procurado em muitas regiões geradoras de turismo; ainda bem que assim é! Mas, ao pensar em turismo nesta Região, necessariamente temos de considerar que ela é constituída por nove Ilhas e todas elas possuem os seus atractivos e os seus interesses, por um lado, e por outro têm de estar interligadas por transportes, nomeadamente o transporte aéreo, permitindo que qualquer turista tenha facilidade em chegar ou partir de qualquer parte da Região. Infelizmente a Ilha do Corvo continua, como no passado, com transporte aéreo para e das Flores tão somente às 2^{as} e 6^{as} feiras e com ligação à Terceira e ao Faial às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras. É muito pouco! Ah! Mas a SATA faz aquilo que no passado faziam as empresas de camionagem que quando deixavam passageiros nas paragens, faziam o desdobramento. Também a SATA se tiver os voos todos cheios, faz um voo extraordinário. Isto não é política aérea que permita o desenvolvimento do turismo, considerando em condições similares todas as parcelas da Região no sentido de promover um desenvolvimento turístico harmonioso de todas as Ilhas.

Mas, as ligações aéreas com o Corvo são uma confusão. Assim, em Abril, Maio e Junho o voo SP 850 fazia e faz o percurso Horta/Corvo às 11h40m; esse mesmo voo, SP 850, fazia e faz o percurso Corvo/Flores às 13h00. Um passageiro que pretendesse fazer o percurso Horta/Flores no SP 850, não o podia fazer. Quero afirmar e reafirmar que sempre defendemos que nos voos de e para o Corvo se deve dar prioridade aos passageiros com destino ao Corvo ou provenientes do Corvo. E, sempre considerámos correcto que os passageiros das Flores para o Faial ou do Faial para as Flores fossem colocados em lista de espera, se necessário até ao início do despacho do respectivo voo.

Como em Abril e Maio e às 6^{as} feiras não existe voo Horta/Flores, eu próprio, fiz reserva no voo SP 850 e como não me marcavam o percurso viajei com os percursos Horta/Corvo e Corvo/Flores e com a respectiva passagem paga por esta Assembleia, com requisição Horta/Corvo/Flores, e com bilhete de passagem Horta/Corvo e Corvo/Flores.

Mas, aquilo que a SATA pretende é ter poucos passageiros nos percursos via Corvo, o que nos custa a compreender, porque esses voos ficariam muito mais viabilizados economicamente se, e repito, dando prioridade aos passageiros de e para o Corvo, também transportassem passageiros, normalmente, para e das Flores.

Continuamos com muitas e diversas anomalias nas ligações aéreas do Grupo Ocidental que ainda recentemente referi e que os actuais horários da SATA não resolveram.

Mais uma vez apelo ao bom senso do Governo Regional e da Administração da SATA, no sentido de estudar e aprofundar esses horários, para que os passageiros possam ter facilitada a ligação entre os diversos voos. Tal como no passado existiam dificuldades nas ligações das Flores com Lisboa, hoje ultrapassadas, continuamos a pensar que o mesmo podia e devia suceder, por exemplo, com as ligações ao Porto. Não duvidamos que no futuro essas dificuldades serão ultrapassadas, mas quanto mais cedo o forem tanto melhor para quem utiliza esses percursos e já são muitas pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos no fim da Primavera, a uma semana do Verão e as estradas regionais das Flores continuam como ficaram no Inverno... A Empresa que as vai reparar continua a fazer estaleiro de obra, o estaleiro que iniciou aquando da visita do Governo Regional à Ilha. Mas até ao presente não se vislumbra início de obra em qualquer estrada – nem na das Lajes até à Ribeira da Cruz, nem na ligação à Fajã Grande. Continuamos, como continuam todos os florentinos, pacientemente, a aguardar pelo início das obras. Ainda não desesperamos, mas é preciso ter muita paciência...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também já referimos aqui o erro que foi, em nosso entender, o Governo Regional ter impedido que a Câmara Municipal das Lajes continuasse a extrair pedra do leito da Ribeira Grande. Com as grandes derrocadas que se têm verificado a montante da ponte, receamos as consequências que poderão advir do facto das águas arrastarem esses pedregulhos.

Bom seria que se avaliasse o estado do leito da ribeira e, se foi tomada uma decisão errada, proibindo a retirada de pedra, que se reveja essa decisão. E se for acertado

continuar a extrair a pedra da ribeira, que se autorize, na medida que a Câmara Municipal das Lajes continua a necessitar de pedra naquela parte da Ilha.

Disse.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Está aberto o período de inscrições sobre esta intervenção.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Deputado Herberto Rosa e o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu compreendo e aceito o esforço que V. Exa. continua a fazer para conseguir cumprir o seu desidrato e aquilo que faz gala, que é em todas as sessões plenárias trazer a esta Assembleia uma intervenção com assuntos pretensamente relevantes do seu círculo eleitoral, a nossa Ilha das Flores.

Porém, quando chega ao ponto de trazer um problema, como o facto de ter sido adjudicada e já ter sido consignada uma obra, que é a reabilitação da rede viária das Flores, nomeadamente dos troços da Fajã Grande e Lajes/Santa Cruz, quando a empresa está no terreno a montar estaleiro, e neste momento já está a produzir inertes, a preparar-se para fazer a obra relativamente à qual está obrigatoriamente vinculada, eu gostava que o Sr. Deputado me esclarecesse e esclarecesse esta câmara do que é que duvida. Qual é o problema, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado desconfia que o Governo não vai pagar a obra? Que o empreiteiro vai ir à falência antes de a iniciar? Que há aqui um processo diabólico de enganar seja quem for?

As coisas têm que começar pelo princípio e o princípio é exactamente a instalação da empresa para iniciar a obra.

O Sr. Deputado acha que é possível começar uma obra antes de ter o estaleiro montado?

Levantar questões é fácil, mas temos que ser minimamente responsáveis por aquilo que afirmamos.

Eu gostaria que o senhor me explicasse que soluções são possíveis encontrar, na sua opinião, para se fazer diferente daquilo que está a ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

(*) **Secretário Regional do Ambiente** (*Hélder Silva*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das palavras do Sr. Deputado Paulo Valadão e na sequência de intervenções que neste âmbito foram por mim proferidas anteriormente, queria apenas reiterar aquilo que na altura tive oportunidade de dizer.

Por regra, a Secretaria Regional do Ambiente, como deverá fazer qualquer bom zelador dos bens ambientais da Região, não autoriza a extracção de inertes em leitos de ribeiras e muito especificamente extracção de pedra.

As ribeiras têm leitos naturais, têm inertes, areias e nalguns casos rocha, e aquilo que se verifica é a acumulação natural de rocha no leito das ribeiras que servem em muitos casos, ao contrário daquilo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, para proteger situações de risco.

Aquelas situações que se verificaram muitas vezes em leitos de ribeiras no passado, como esta da Ribeira Grande, decorreram precisamente da extracção indevida de inertes.

Devo acrescentar que neste caso concreto, em resultado da extracção prolongada ao longo de vários anos de inertes/rocha em duas ribeiras da Ilha das Flores, o leito da ribeira baixou em níveis de 2, 3, 4 e 5 metros. Isto põe em risco a própria ribeira e as estruturas que assentam sobre essa ribeira, designadamente as pontes infra-escavadas nos seus pilares. Isto é acautelar não apenas as questões ambientais, mas sobretudo a salvaguarda das pessoas e neste caso também o património da Região.

Quero também dizer que esta situação foi devidamente avaliada pela Secretaria Regional do Ambiente. Portanto, quando o Sr. Deputado Paulo Valadão diz que a Secretaria do Ambiente deveria avaliar, gostaria de dizer que nós avaliámos esta situação. Tenho muito prazer em fornecer ao Sr. Deputado relatórios técnicos

abalizados sobre esta matéria, aliás, já tive ocasião de o referir na própria Ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Herberto Rosa:

A minha preocupação é o facto de há tanto tempo se estar a fazer estaleiro sem haver obra feita. Isto é novo nas Flores e estou convencido que é novo em toda a Região.

Estamos a aproximar-nos do Verão, a época que seria importante fazer-se obra, concretamente aquela obra e o que vemos é sempre a construção do estaleiro. Dá-nos a impressão que temos estaleiro ainda para muitos meses sem obra feita.

Efectivamente o que é fundamental nas estradas das Flores é o início da obra.

Como disse no passado, estou à espera para ver. De facto, até ao momento, em relação a obra feita, aquilo que vemos é absolutamente zero.

Não é pelo facto de se montar continuamente estaleiro que se resolvem os problemas das estradas das Flores.

Sr. Secretário Regional, em relação ao problema da Ribeira Grande, o senhor diz que foi devidamente avaliado. No entanto, o percurso de uma ribeira, no caso concreto aquela ribeira com algum caudal para a ilha, com um desnível muito grande, com quedas e deslizamentos constantes de pedras, é evidente que no nosso entender se devia estar atento ao evoluir constante daquela ribeira.

A realidade é que depois daquela avaliação que V. Exa. fala há desmoronamentos de terras. Aí, sim, rezeamos que tenha havido qualquer avaliação.

Como disse, essa avaliação, em nosso entender, tem que ser constante.

Por outro lado, o problema que se colocou no passado com o desaparecimento da ponte dessa ribeira não foi em relação à retirada de pedra do leito da ribeira, pelo contrário. Foram os pedregulhos empurrados pelas águas que, pura e simplesmente, levaram à sua frente a ponte que lá estava e anteriormente já o tinham feito em relação à ponte inicial da estrada.

Aquilo que nos preocupa é saber se a Região e a Administração Regional estão atentas ao evoluir daquela ribeira, porque a nossa grande preocupação não é que se

tire pedra ou que se aprofunde o leito da ribeira. A nossa grande preocupação é não voltar a acontecer o que no passado aconteceu, ou seja, que a acumulação natural de pedregulhos levem à sua frente a própria ponte, o que de um momento para o outro, infelizmente, pode acontecer se não houver a preocupação de analisar e avaliar o estado da ribeira em função das quedas que recentemente se verificaram.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

(*) **Secretário Regional do Ambiente** (*Hélder Silva*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas acrescentar que, em boa verdade, nós temos acompanhado a evolução das ribeiras.

Quero também acrescentar que essas ribeiras normalmente têm grande volume de pedras nos seus leitos em função da própria natureza do leito da ribeira.

O facto de se limpar ou deixar de limpar a pedra do leito da ribeira não vai diminuir em nada aquilo que é a queda de enrocamento da própria ribeira.

São ribeiras com grandes declives. A pedra acumula-se em resultado de quebras no próprio leito e a montante, até mesmo fora da área da ribeira, na sua proximidade e, independentemente de nós limparmos ou deixarmos de limpar, a pedra vai-se acumular.

Nós temos dito, e disse-o por escrito, não sei se à Câmara ou a uma empresa que tem interesse em explorar inertes naquela área, que nós estamos abertos e autorizamos temporariamente essa extracção, num período e numa perspectiva apenas de retirar aquilo que seja enrocamento que se tenha acumulado, do ponto de vista de limpeza e manutenção do leito da ribeira.

O que nós não autorizamos, e foi aquilo que aconteceu durante muitos anos, é que se retire sistematicamente pedra do leito das ribeiras, diminuindo esse mesmo leito, com o perigo que decorrerá desse tipo de intervenção nessas ribeiras.

Quero também acrescentar que temos pedidos autorizados, com o cumprimento da legislação em vigor, a montante da ribeira, para extracção de inertes por parte de uma empresa sediada na Ilha das Flores, que só depende da própria empresa terminar o seu processo de legalização de toda esta situação.

Da nossa parte há disponibilidade e estamos muito atentos a todas as questões que têm a ver com licenciamento de extracção de inertes e, particularmente, de pedra na Ilha das Flores, mas nunca em qualquer sítio.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos e uma vez que estamos a atingir a nossa hora regimental para almoço, vamos suspender os nossos trabalhos e regressamos às 15 horas.

(Eram 12 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos entrando na Agenda do Dia.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

O primeiro ponto é a continuação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Adapta à Região o Regulamento Geral dos Corpos dos Bombeiros, aprovado pelo Decreto-lei nº 295/2000, de 17 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 209/2001, de 28 de Julho”**.

Eu tenho aqui uma série de notas e estou um pouco confuso.

Nós já tínhamos feito a votação na generalidade e já estávamos na análise da especialidade.

O Grupo Parlamentar do PCP entregou uma proposta de alteração para o artigo 3º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, para o nº 2 do artigo 3º nós propomos um aditamento que passo a citar:

“Na Portaria referida no número anterior serão tomadas em consideração o tipo de corpo ou de secção”. A isto acrescentámos, “*a operacionalidade, eficácia no desempenho*”.

Presidente: Isso significa que já tínhamos feito a aprovação na generalidade do artigo 1º.

Deputado Paulo Valadão (PCP): O Sr. Presidente colocou à discussão os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º.

Assim, cumpria-me apresentar as alterações em relação aos artigos em debate.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Já estou esclarecido.

Assim sendo, vamos votar os artigos 1º e 2º.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º e 2º mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º e 2º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3º.

Para este artigo deu entrada uma proposta de aditamento da responsabilidade do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao nº 2 do artigo 3º propomos essa alteração que nos foi sugerida pelo parecer da Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores. Penso mesmo que há razão lógica para que assim o seja, na medida em que o nº 1 do artigo 3º refere a dotação dos recursos humanos das secções e dos corpos de bombeiros e o nº 2 desse mesmo artigo refere que essa Portaria deve ter em consideração o tipo de corpo, de secção e o grau de sinistralidade. Nós acrescentamos a operacionalidade e a eficácia no desempenho.

Os corpos de bombeiros têm os seus respectivos recursos humanos, têm os seus quadros, mas a qualquer altura serão alterados e ajustados.

Eu penso que é importante, a haver qualquer alteração de quadro, que se tenha em conta essa operacionalidade e eficácia no desempenho.

Nós já ouvimos, em diversas secções e em diversos corpos de bombeiros, referirem-se aspectos que têm a ver com o quadro de pessoal, com as pessoas disponíveis e a operacionalidade.

Recentemente, numa corporação disseram-nos que se a ambulância sai e se houver um sinistro logo a seguir, a outra ambulância não segue porque não há condutor para

ela. Isto tem que ser tido em conta quando se prevê o quadro de pessoal para esses corpos de bombeiros.

Por outro lado, são as próprias corporações que me dizem que quando existe essa eficácia no desempenho das suas missões, é muito mais fácil a adesão de voluntários. Agora, quando não existe os profissionais necessários, é evidente que falha o voluntariado no sentido de poderem corresponder às necessidades da própria corporação.

Daí nós pensarmos ser interessante, importante e justo que esses dois aspectos que são desejados pelos corpos de bombeiros fossem tidos em consideração quando há que dotar de recursos humanos, quer seja os corpos de bombeiros, quer seja as suas secções operacionais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

(* **Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista ao apresentar esta proposta, teve em conta o parecer da Federação de Bombeiros.

Ao analisarmos este parecer chegámos à conclusão de que não se devia fazer nenhuma alteração no artigo 3º, porque foram criados os Inspectores de Bombeiros para analisar a operacionalidade, a eficácia e o desempenho das secções e dos próprios corpos de bombeiros.

Tivemos o cuidado de contactar a pessoa que assinou este parecer da Federação de Bombeiros para explicar por que razão não se devia alterar o artigo 3º e no fim a pessoa contactada concordou que não se devia fazer nenhuma alteração.

Nós não concordamos com a proposta de alteração apresentada, porque a própria Portaria já diz que é tomado em consideração o tipo de corpo ou da secção e o grau de sinistralidade.

Se as avaliações feitas mais tarde pelos inspectores detectarem que é preciso fazer alterações, é para isso que eles existem e nessa altura serão feitas as alterações necessárias.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A argumentação do Sr. Deputado Messias a mim não me convenceu, bem pelo contrário. Leva-me a duvidar da razão efectiva da argumentação.

O Sr. Deputado Messias diz que telefonou para um determinado senhor e disse-lhe que não era necessário e ele até concordou. Nós sabemos como é que estas coisas funcionam, Sr. Deputado.

Portanto, se houvesse dúvidas, eu penso que a Comissão, através da sua mesa, poderia ter solicitado ao senhor que assinou o parecer alguma adenda em relação à matéria.

O facto de se dizer que contactaram, que telefonaram, que disseram que não concordavam e o senhor aceitou, para mim, ponto final, parágrafo, acabou por aí.

Eu continuo a entender que se em relação à formação da dotação de recursos humanos é necessário ter em conta o tipo de corpo ou de secção, se é necessário ter em conta a sinistralidade, também tem que ser tido em conta a operacionalidade e a eficácia.

Por outro lado, se os senhores inspectores vão resolver tudo, então o nº 2 está a mais. Não é necessário ter em conta o corpo ou a secção, não é necessário ter em conta a sinistralidade, porque os senhores inspectores irão dizer, em função destes pressupostos o que é que é necessário.

Portanto, penso que esta argumentação não tem ponta por onde se lhe pegue.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

(* **Deputado Paulo Messias (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estou aqui para convencer o Sr. Deputado Paulo Valadão.

O contacto foi feito através do telemóvel. Foi um contacto normal, falou-se com o senhor, ele percebeu a nossa posição e aceitou-a.

Só se pode avaliar a operacionalidade e a eficácia do desempenho depois das secções estarem criadas.

Para as criar é necessário a existência do ponto 2.

Depois de estarem criadas, é necessário os inspectores saberem se é ou não necessário fazerem alterações.

Estou aqui para justificar a nossa posição. Se V. Exa. não a entende, paciência!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os corpos de bombeiros estão criadas. Muitas das secções já estão criadas. O problema não é esse nem se refere aqui às futuras secções ou aos futuros corpos que vão ser criados.

O problema que se coloca é o ajustamento que é necessário fazer-se neste momento e no futuro em relação aos recursos humanos dos corpos de bombeiros e secções já criados.

Neste momento a administração tem todas as condições para alterar os recursos humanos nos corpos de bombeiros ou nas secções, analisar a operacionalidade e a eficácia existente neste momento.

Portanto, não estamos a legislar para o futuro. Estamos a legislar para o presente, para uma realidade existente, que é a existência efectiva hoje nos corpos de bombeiros e nas secções de bombeiros.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo PCP, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do Partido Comunista Português é um contra-senso total querer-se dotar de recursos humanos os corpos de bombeiros sem ter em conta a operacionalidade e a eficácia no desempenho.

No entanto, a maioria, apesar do contra-senso, tem poder e aqui nota-se nitidamente esse poder.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é a maioria. É o poder de voto!

O Orador: De facto, a maioria neste momento aprovou um contra-senso absoluto e total, Sr. Deputado.

Presidente: Vamos votar o artigo 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para provar o contra-senso que acabou de acontecer nesta casa.

Havendo contra-senso quando o PS votou contra a proposta que veio do PCP, o PCP votou a favor da proposta do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito breve.

A recusa há pouco foi um contra-senso muito grande, na medida em que é impossível haver uma Portaria para aquele fim sem que as necessidades operacionais tenham isso em conta, o que não quer dizer que a gente não esteja de acordo com aquilo que foi votado por nós favoravelmente.

Contra-senso é os senhores não quererem melhorar aquilo que vem do Governo por razões que só o senhor e o Sr. Secretário Regional é que sabem explicar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Se não houver inconveniente por parte da câmara, porei à discussão e posteriormente à votação os artigos 4º, 5º, 6º e 7º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º. Para este artigo existe uma proposta de alteração vinda da Comissão.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante do artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 8º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 10º a Comissão propõe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante do artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 10º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Se não houver inconveniente por parte da câmara, porei à discussão e posteriormente à votação os artigos 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 18º a Comissão propõe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante do artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 18º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigos 19º e 20º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 19º e 20º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(* **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente este Decreto Legislativo Regional porque consideramos que foi importante adaptar à Região o Regulamento Geral de Bombeiros, embora considerando que esta legislação sai manca desta Assembleia, na medida em que, por um lado, vamos continuar a ver, nas diversas secções e nos diversos corpos de bombeiros, queixas em função do número de unidades disponíveis, de modo a que a operacionalidade e a eficácia seja aquela que é desejada pelos corpos de bombeiros desta Região.

Aliás, a Comissão de Política Geral ouviu isto em várias ilhas, dito pelos diversos corpos e secções de bombeiros.

Estamos convencidos que no futuro isto vai continuar a acontecer.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “estabelece medidas preventivas na zona de implementação do eixo viário entre a Fábrica do Linho “Ribeirinha” e a Vila do Nordeste, em São Miguel”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação Equipamentos.

(* **Secretário Regional da Habitação Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional é semelhante a algumas que o Governo tem trazido à Assembleia Legislativa Regional no sentido de salvaguardar projectos que serão executados no âmbito das SCUTS de São Miguel, nomeadamente num eixo que compreende troço entre a Fábrica do Linho, na Ribeirinha, e a Vila do Nordeste.

Trata-se de acautelar estes corredores que foram submetidos no estudo prévio que foi fornecido no caderno de encargos aos concorrentes, de modo a que qualquer eixo que venha a ser escolhido para a futura implantação desta via, não fique mais oneroso ou ter qualquer impedimento que possa obstruir o projecto.

São medidas de salvaguarda que serão propostas à Assembleia no sentido de acautelar o projecto que está em execução e que neste caso concreto, estando em fase de análise de propostas, vai permitir que fiquem salvaguardadas todas as condições para que se implante de um modo correcto esta via regional que nós consideramos fundamental no eixo viário do Nordeste.

Presidente: Não havendo inscrições vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade.

O diploma tem 6 artigos para os quais não há nenhuma proposta de alteração.

Está aberto o debate para os mesmos.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao 3º ponto da Agenda do Dia – **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fomento da empregabilidade e qualificação dos trabalhadores e promoção do emprego”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que está presente na Câmara visa reformular o enquadramento jurídico em duas áreas fundamentais: na melhoria da empregabilidade dos trabalhadores, ou seja, nas políticas que visam dar melhores condições para ingresso no mercado de trabalho aos desempregados e às pessoas que o pretendam fazer, e na promoção do emprego, ou seja, apoio às entidades

empregadoras no sentido delas poderem criar mais emprego e também melhorar a qualidade do emprego combatendo a sua precariedade.

Os decretos que neste momento estão em vigor são de 1982 – o Decreto Regional 16/82/A, de 9 de Agosto e o Decreto Regional 23/82/A, de 1 de Setembro. Já têm 22 anos e por isso já estão, em boa parte, desactualizados, quer porque o nosso mercado de trabalho evoluiu muito em termos da qualificação dos trabalhadores e também das regras que são impostas por via da União Europeia, quer porque uma parte das matérias que agora são integradas no novo decreto, nessa altura não eram competência da Região e refiro-me concretamente às matérias de certificação e de acreditação de formadores.

O novo decreto reformula essas políticas integrando aquilo que ainda estava actualmente nos decretos de 82 e incorpora as novas competências que a Região entretanto assumiu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

(*) **Deputada Natividade Luz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como acabou de referir o Sr. Secretário Regional da Educação, este diploma sobre Fomento da Empregabilidade e Qualificação dos Trabalhadores e Promoção do Emprego, decorre da necessidade de se proceder ao reenquadramento das políticas governativas nas áreas do emprego e da formação profissional.

Também visa promover melhores condições de acesso aos postos de trabalho disponíveis e melhorar os apoios às empresas que pretendam contratar novos activos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou na Comissão dos Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho um conjunto de alterações na especialidade as quais, na sua maioria, têm como principal objectivo a uniformização de conceitos.

O diploma com as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista teve aprovação, por unanimidade, na Comissão, e por estas razões nós iremos dar o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP está genericamente de acordo com o diploma em análise, pelas medidas que propõe e pela importância que poderá revestir na sua aplicação prática.

No entanto, a posição política do PCP é que se poderia ter ido mais longe num instrumento desta importância. Desde logo, na audição do Conselho Regional de Concertação Estratégica.

Entre a proposta sujeita a parecer deste Conselho e a proposta efectivamente sujeita a esta Assembleia, não há praticamente diferenças substanciais, o que reforça a posição do PCP de que os Conselhos Consultivos criados por lei, devem existir para serem consultados e não existirem como figuras decorativas ou de mera auscultação formal.

É do meu conhecimento que efectivamente houve debate e houve propostas desta reunião de Conselho que não foram minimamente acolhidas.

Mantendo-se a prática de mera consulta formal e a não aceitação substancial de sugestões e propostas de parceiros sociais, acabamos por discutir propostas que poderiam ter sido muito melhores, atentas as finalidades que o diploma visa prosseguir.

Repare-se que estamos a criar instrumentos fundamentais que permitirão uma maior empregabilidade e um aumento da qualificação e da formação profissional essenciais para o fomento do progresso e para o desenvolvimento económico.

Convirá, assim, irmos o mais longe que pudermos, com o maior cuidado que formos capazes, na consciência que, de diplomas como o presente, depende bastante o nosso desenvolvimento.

Repetimos: sendo um instrumento importante, poder-se-ia ter ido bastante mais longe. No que respeita ao Plano Regional de Emprego para 5 anos, definir melhor as finalidades a atingir, metodologias a utilizar na sua elaboração e responsabilidades a estabelecer na sua implementação.

Repare-se que estamos a criar instrumentos que fomentam o emprego.

Teria sido por tal indispensável este Decreto definir objectos das áreas do emprego e formação profissional, referindo expressamente as metodologias a utilizar.

Teria sido igualmente importante, na área da empregabilidade, definir sectores prioritários, em termos de desenvolvimento, ou grupos sociais onde seria dado apoio preferencial.

O mesmo se diga no que respeita à formação e qualificação profissional onde falta também a definição de objectivos concretos.

Está igualmente ausente da proposta, no que se refere à qualificação/formação profissional, o direito à formação contínua dos trabalhadores empregados, apesar de ser fundamental para a competitividade e para o desenvolvimento.

É igualmente omissa a proposta no que toca à composição e atribuições dos júris, previstos no artigo 10º.

Deveria ter havido igualmente uma diferenciação entre promotores de formação e entidades formadoras.

Há também, em relação à formação profissional, uma concentração excessiva de todas as funções no Departamento da Administração Regional Autónoma competente e uma clara exclusão da participação dos parceiros sociais, o que acabará por se reflectir negativamente na qualidade da formação realizada.

Todas as lacunas e deficiências justificariam uma baixa à Comissão para melhoria substancial do diploma, se fosse essa a vontade desta câmara.

Se não for este o entendimento dos outros grupos parlamentares, o PCP votará favoravelmente a proposta, não querendo impedir a sua entrada em vigor e os efeitos esperados favoráveis que irão decorrer de imediato de tal vigência, sem prejuízo da iniciativa legislativa posterior que possa melhorar bastante o diploma em apreço.

Desde já fica o desafio: deste exemplo paradigmático da existência de competência inteligente e cuidada desta casa, em termos legislativos, que o novo quadro constitucional irá impor de forma sistemática dentro de pouco tempo, que possamos de futuro sermos todos dignos dessa capacidade que de nós se espera, consultando os conselhos, apetrechando o Parlamento dos meios técnicos que permitam análise e redacção técnica, completa e rigorosa, decidindo os representantes, na medida do

possível, na máxima abrangência, que não no mínimo, porque passível de melhoramento.

Mas gostaria ainda de fazer uma reflexão. Penso que este diploma fez a sua tramitação numa época complicada.

No que respeita ao Grupo Parlamentar do PCP, dada a nossa dimensão, não tivemos a possibilidade – e gostava de o dizer expressamente – de dar o contributo que habitualmente procuramos dar.

A própria Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, dado o calendário, quer o festivo, quer o político, teve muita dificuldade de encontrar o espaço que normalmente dedica a este tipo de temas, o que prejudica esta análise.

Temos aqui um diploma que é um esqueleto aceitável, mas que precisava de ser muito melhor composto e apetrechado.

Se fosse essa a vontade maioritária do Parlamento, era uma matéria que merecia ser reavaliada e repensada, sendo que a linha está certa, mas por vezes o esqueleto é insuficiente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

(*) **Deputada Natividade Luz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma foi em devido tempo enviado ao Conselho Regional de Concertação Estratégica e foi submetido à consulta pública.

Até ao momento que foi apreciado na Comissão, tendo já terminado o prazo para recepção de pareceres, a Comissão não recebeu nenhum parecer sobre o mesmo diploma.

Era para prestar este esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu registo o esclarecimento prestado à Câmara e a mim, como orador, mas registo que tenho conhecimento que no Conselho de Concertação Estratégica – e foi isso

que eu abordei – muitas destas questões foram levantadas e outras possivelmente. Aliás, foram-me fornecidos documentos que mostram isso.

De qualquer modo, se essas mesmas entidades não mandaram para a Assembleia, isso já me ultrapassa completamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas destas questões e muitas outras foram levantadas e houve, aquando da discussão no Conselho Regional de Concertação Estratégica, uma participação extremamente activa da generalidade dos parceiros ali representados.

Em relação à Assembleia não foi enviada qualquer participação, mas ao Conselho foi enviado um número substancial de opiniões e de participações, muitas das quais foram tidas em conta. Portanto, houve um debate profundo.

O que acabou de nos dizer na sua intervenção corresponde a posições que foram tomadas no Conselho. A matéria foi debatida e o diploma foi melhorado dentro daquilo que o Governo considerou como sendo o necessário e como sendo aquilo que correspondia aos objectivos políticos que presidiram à sua formação.

Folgo em saber que está de acordo com o esqueleto.

A sua regulamentação e algumas das matérias que aqui focou são questões que, dada a sua transitoriedade, ficam melhor para a regulamentação que terá que ser feita plano a plano e momento a momento.

De facto, não faz sentido incluir no decreto – e chamava a atenção para o facto do anterior ter vivido durante 22 anos – áreas prioritárias de formação, porque essas naturalmente, ao longo dos anos, irão mudando, da mesma maneira como ao longo dos últimos 22 anos mudaram.

O Plano Regional de Emprego tem que ser um instrumento feito a um prazo de 5 anos e tem que ser extremamente flexível para se poder ir adequando à evolução do mercado de trabalho que é uma evolução que acontece com grande rapidez.

As necessidades no mercado de trabalho hoje, dificilmente serão as mesmas daqui a 5 anos, para não dizer mais tarde.

Foi essa a razão que levou a que algumas das questões que foram levantadas não fossem incluídas aqui, porque era preciso manter a flexibilidade em termos da adequação constante entre a procura no mercado de trabalho e a formação na área da formação profissional e, por outro lado, dar a permanência que um diploma destes deve ter.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi agradável ouvir da boca do Sr. Secretário de que a discussão disto no Conselho de Concertação Estratégica foi viva e participada, tendo em conta as opiniões chegadas.

Isto apenas reforça um pouco a análise que faz da tendência que está instalada de, em geral, não se ligar a nada disso. Mesmo sabendo que estão aqui em questão algumas posições que têm diferença sobre o que é legislar, o que é regulamentar, aquilo que o Sr. Secretário chama de maleabilidade e aquilo que eu posso chamar nalguns casos, nomeadamente de definição de objectivos, etc., comparando artigo a artigo da anteposta e da proposta, nós não encontramos qualquer modificação que vá de encontro àquilo que era a preocupação que os parceiros colocaram e que foram aqui expressas.

Algumas não têm a ver com a mera regulamentação e temos como exemplo a preocupação da formação dos trabalhadores empregados.

Muito disto tem a ver com a formação de raiz, a formação de base e a formação dos empregados.

Se se quer melhorar a competitividade, a formação dos trabalhadores empregados é essencial. Isso está bastante esbatido neste diploma e foi levantado pelo Conselho de Concertação Estratégica.

Para terminar, gostava de chamar a atenção do Sr. Secretário Regional para uma questão.

Se continuar a haver em diplomas deste género – estou em crer que a Assembleia Legislativa Regional, num futuro não muito longínquo, vai ser chamada a situações

semelhantes a esta, com muita mais frequência, em muitas mais áreas – a tendência de fazer essas audições, mesmo quando elas são participadas, e não consentir que elas tenham reflexo no trabalho final, então estaremos perante uma opção política extremamente negativa.

Chamava a atenção, Sr. Secretário da Educação, para esta matéria.

Não basta que as reuniões sejam animadas. É preciso que elas produzam efeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por um lado, Sr. Deputado Decq Mota, o diploma que chamou de anteposta, teve uma larga circulação e muitos aspectos já tinham sido considerados.

Por outro lado, como conhece os pareceres enviados, deve saber que as posições no Conselho não foram de forma nenhuma unânimes. Se déssemos acolhimento a umas, não daríamos a outras e vice-versa.

De facto, estávamos perante uma situação em que tivemos que optar por um conjunto de opções e de posições.

Aquilo que nós ouvimos no Conselho foi considerado e foi incorporado no documento aquilo que se considerou necessário.

Em relação à questão que aqui levantou e que tem a ver com a formação dos trabalhadores que já estão empregados, de maneira nenhuma ela está descorada, antes pelo contrário, é uma peça central do nosso sistema de formação.

Se ler o diploma verá que sempre que se fala, fala-se nos trabalhadores e nos candidatos a emprego.

Portanto, essa é uma crítica ouvida no Conselho, introduzida por um dos participantes, a qual foi debatida e foi concluído no Conselho de Concertação Estratégica que não era assim e que o diploma tinha em conta os trabalhadores desempregados.

Quero aqui reafirmar a vontade do Governo para que a formação contínua dos trabalhadores continue a ser um sector vivo e importante como deve ser. Esse sector está considerado em igualdade de circunstâncias como todos os outros mecanismos

de formação e não há no diploma qualquer intuito nem qualquer linha no sentido do diminuir na sua importância, antes pelo contrário, aquilo que se pretende é melhorar a produtividade e essa melhoria passa essencialmente pela formação.

Muito obrigado.

Presidente: Encerrado o debate, vamos votar o diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade.

Para os artigos 1º, 2º, 3º e 4º não existem propostas de alteração. Se não houver inconveniente por parte da Câmara porei a debate e posteriormente à votação estes artigos.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 5. Para este artigo existe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos a parte restante do artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 5º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 6º a 16º não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º. Para este artigo existe uma proposta de alteração vinda de Comissão e subscrita pelo PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos a parte restante do artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 17º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 18º também existe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos a parte restante do artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 18º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 19º. Para este artigo também existe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos a parte restante do artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 19º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 20º também existe uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos a parte restante do artigo 20º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 20º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 21º a 29º não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação das propostas de aditamento.

Existe uma proposta de aditamento para algumas alíneas do artigo 4º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à próxima proposta de aditamento referente ao artigo 5º-A.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao próximo ponto: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Aprova as normas para aplicação aos bens culturais situados na Região Autónoma dos Açores, Lei 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa basicamente dois objectivos: por um lado, criar na Região os mecanismos que, face àquilo que está estabelecido na Lei 107/201, estabeleçam a forma de classificar e desclassificar bens móveis e imóveis (apesar da lei prever outras categorias de bens) e fazer o seu registo; por

outro lado, faz uma reclassificação do importante acervo de bens classificados que já existe na Região, enquadrando os diversos bens já classificados nas novas categorias criadas pela referida Lei.

Esta reclassificação tem uma particular importância, porque, face à Lei 107/2001, as autarquias assumiram a capacidade de poderem classificar e desclassificar bens. Por isso há que fazer a distinção entre os bens de interesse público classificados pela Região e aqueles bens que ficam na tutela directa das autarquias, que são os bens de interesse municipal, bens que até agora, com a designação de interesse concelhio, eram classificados pelo Governo, mas essa competência é transferida para as Assembleias Municipais.

Nas suas normas transitórias, o diploma prevê a publicação, pelo Governo, de uma listagem de todos os bens que se encontram classificados e uma obrigatoriedade das câmaras municipais darem a conhecer aos respectivos munícipes e particularmente aos profissionais da área da arquitectura, quais as zonas de protecção aos bens que ficam em cada uma das categorias por forma a se poder dar cumprimento àquilo que está estabelecido na lei, em termos de protecção e valorização desses bens.

São estes os objectivos do decreto.

O decreto, durante a sua discussão na Comissão, foi objecto de algumas propostas de alteração com as quais o Governo concorda, particularmente com aquelas que têm a ver com a inclusão no diploma de imóveis que contenham árvores classificadas, algo que não estava contemplado no diploma inicial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Reconheça-se que esta matéria é complexa. Tem um envolvimento normativo-legislativo complexo, que naturalmente exigiu da parte do Governo um trabalho básico importante e da parte da Comissão um trabalho cuidadoso para que pudesse hoje subir a plenário e ser discutido.

Estamos a aplicar à Região a Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei nº 107/2001.

Esta lei preocupa-se com o património móvel, com o património imóvel (o património imóvel e todos os bens móveis que constituem esse património) e o designado património imaterial ou o património intangível.

Essa última área fundamental, não está integrada nesta Proposta de Decreto Legislativo.

Um dos aspectos da nossa apreciação política, relativamente a este diploma, é o de chamar a atenção do plenário para esta omissão, que nos parece grave.

Esta Lei é de 2001. Já se passaram 3 anos, por isso julgamos que teria sido possível englobar esta vertente do património cultural, que é, repetimos, fundamental.

Trata-se de salvaguardar o património ao nível das mais diferentes manifestações e no caso concreto dos Açores temos, como exemplo, o culto ao Espírito Santo, os Romeiros, as danças de Carnaval, as cantigas de improviso, as tradições rurais, a gastronomia e a etnobotânica. Portanto, é algo fundamental para a política de valorização, protecção e preservação do património cultural.

Chamava a atenção para as preocupações que têm sido manifestadas pela UNESCO no que se refere ao património intangível ou património imaterial.

Este ano, sob o tema “Os Museus e o Património Intangível”, a UNESCO solicitou que os museus trabalhassem cuidadosamente este tema.

Em Novembro de 2003, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Intangível da Humanidade, durante a 32ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura da UNESCO.

Tem como objectivo fundamental aquilo que eu passava a citar:

“Estas iniciativas comprovam que a comunidade internacional reconheça a urgência de se preservar, proteger e consciencializar relativamente a este património, confirmando o valor excepcional e único deste.

A fragilidade do património cultural intangível, património imaterial, advém do facto da cultura ser dinâmica, pois é um património efémero, espontâneo e em constante recriação, que reside nas práticas, representações, expressões, conhecimentos e capacidades que as comunidades, grupos ou indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.

São estes processos que permitem que as comunidades subsistam com o sentido de continuidade com as futuras gerações sendo ao mesmo tempo fundamentais para a identidade cultural”.

Parece-nos que, não obstante este projecto de diploma que nós estamos a apreciar ter virtualidades, tem uma omissão muito grave que é não contemplar este vector do património cultural, que é fundamental, para a identidade cultural da Região.

Por outro lado, este projecto de diploma não abarca com a amplitude que seria aceitável e que está plasmada na legislação nacional que aplicamos, o património arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico, o que nos parece também ser aqui uma omissão considerável.

Por isso, sem pôr em causa aspectos positivos desta legislação, ela tem vazios muitos grandes que importa que cada um dos partidos políticos e que este plenário tome consciência no que se refere a uma verdadeira política cultural para a Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, este diploma que abarca aspectos de muita regulamentação, em parte aceitáveis, num aspecto ou noutra talvez exagerado, remete para planos de pormenor e salvaguarda. É preciso que estes planos de pormenor e salvaguarda existam.

O Parlamento aprovou o novo enquadramento legislativo da Zona Classificada de Angra, que também remete para o plano de salvaguarda de Angra que, tanto quanto eu sei, ainda não está aprovado.

Se remete para planos de salvaguarda e planos de pormenor, esta legislação fica algo manca, se os mesmos não forem realizados.

Nós estamos a fazer uma apreciação política, positiva e construtiva, em relação a esta matéria. Por isso gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar o diploma, porque ele tem virtualidades, mas também tem grandes omissões e este é o lugar próprio para se salientar estas lacunas e fragilidades que a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui está em discussão contém.

Devo ainda referir que este diploma tem uma grande abrangência. Envolve o poder municipal e privados, naturalmente atribuindo a cada um as suas responsabilidades. Também existe uma responsabilidade redobrada, por parte do Governo, no que se refere a uma política cultural de preservação do nosso património.

Uma nota final para dizer que entre aquilo que é o património imóvel e o património móvel, o diploma dá maior ênfase ao património imóvel e menor ao património móvel.

Compreendemos que ao nível do património móvel é mais complexo dar execução a esta legislação, podendo-se assim controlar, fiscalizar e promover a preservação desse património.

Em termos globais são estas as observações que nos parecem pertinentes, não obstante considerarmos, nesta apreciação na generalidade, que há virtualidades na Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do PSD vai dar o seu voto favorável.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai aprovar a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, protecção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis, incluindo os jardins históricos, os exemplares arbóreos notáveis, as instalações tecnológicas industriais da Região, sem prejuízo do que está estabelecido na regulamentação específica, como seja a Lei 107/2001, que estabelece as bases da política do regime de protecção e valorização do património cultural, bem como as normas aplicáveis à Zona Classificada de Angra do Heroísmo, constante no Decreto Legislativo 15/2004/A.

Este diploma tem uma abrangência muito grande, como disse o Sr. Deputado Bento Barcelos. Inclui os bens móveis e imóveis da Região.

Na Comissão questionámos o Sr. Secretário Regional sobre o que é que aconteceria ao património imaterial da nossa Região que é bastante rica. Há algumas dificuldades em debulhar ou passar para lei este património.

A própria legislação nacional – a Lei 107 – ainda não está devidamente regulamentada e existem outras áreas a descoberto dessa lei que seria muito importante falarmos e debruçarmo-nos sobre elas. Falo dos benefícios e incentivos

fiscais para as pessoas que têm esses bens móveis e imóveis, que quer o Governo anterior, quer o actual Governo da República ainda não desenvolveram esta matéria. As pessoas particulares que possuem esses bens anseiam por essa legislação na defesa do seu património que é pessoal, mas têm o direito, muitas vezes por possuírem esse património, de beneficiarem de alguns benefícios fiscais que não os têm até ao momento.

Todavia, gostaria de dizer que o património imaterial tem tido um cuidado por parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Estudos do passado e do presente estão a ser feitos, como o Atlas Linguístico, que é uma área que não está referida neste diploma, mas que como bem que é a nossa língua e por haver algumas especificidades na Região Autónoma dos Açores, também fica a descoberto por este diploma.

Como disse, o Partido Socialista votará favoravelmente este diploma.

Houve um conjunto de propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista e pelo PSD na Comissão, que foram aprovadas por unanimidade, o que demonstra que votámos a favor de todas elas, e hoje vão ser presentes outras propostas de alteração que também votaremos favoravelmente.

Esta matéria é ampla, porque a Região é rica neste património, quer móvel, quer imóvel, e isso vê-se pelo conjunto de Decreto Legislativos Regionais ou Decretos Regulamentares que vão ser revogados com este diploma que levou a que a Comissão tivesse um cuidado muito específico, para que não ficassem de fora áreas desse património que eram importantes que ficassem salvaguardadas pelo diploma em análise.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar um diploma que consideramos muitíssimo importante no sentido de preservarmos e salvaguardarmos os bens culturais existentes na Região Autónoma dos Açores.

Estamos perante um documento em que se procura legislar sobre, entre outros, monumentos, tesouros, jardins, moinhos, outras instalações tecnológicas, árvores, etc., etc.

É fundamental para a preservação da nossa cultura própria e específica que tenhamos a preocupação de, por um lado, salvaguardar os nossos bens culturais e, por outro lado, valorizarmos o nosso património cultural.

Como disse, isso é tudo muito importante. É importante limitar e impedir, na medida do possível, a exportação de bens que possuímos.

É fundamental termos os planos de pormenor e de salvaguarda de determinadas zonas classificadas. Isto é da maior importância.

Todos nós, estou convencido, estamos sensibilizados para a importância desta matéria.

O Sr. Secretário foi ouvido na Comissão sobre a matéria e conseguimos um diálogo franco e aprofundado sobre ela, com troca de impressões, com aspectos que aparecem inclusivamente sobre a forma de proposta, aliás, um esforço do Sr. Deputado José Rego que, participando nessa Comissão, fez um esforço imenso no sentido de todos nós chegarmos a um denominador comum, que estou convencido que neste momento existe.

Isto também prova a importância para esta Assembleia no que se refere a estas matérias.

Da nossa parte, vamos aprovar as propostas que temos em cima da mesa, exactamente atendendo ao esforço feito por todos nós em harmonizar a matéria e atendendo à importância que todos nós damos à mesma.

Em nosso entender também é importante um outro aspecto, é que depois da aprovação desta legislação não se cometa o tremendo erro de fazermos com esta legislação aquilo que se fez com os seguros agrícolas e pecuários.

Para que o Sr. Secretário não se admire vou exemplificar:

É necessário que esta legislação ao sair daqui, saia em consciência de todos, dos deputados, do Governo e da própria comunidade, porque ela é necessária e importante, mas esta legislação existe para ser cumprida até às suas últimas consequências.

Vou dar exemplos ainda mais concretos:

A semana passada estive junto de dois moinhos de água classificados, que estão abandonados e são de determinados proprietários. Dentro de alguns meses pura e simplesmente poderão ficar completamente destruídos. É uma perda do nosso património.

Se perguntarem: e os proprietários?

Os proprietários desinteressaram-se, porque financeira e economicamente não lhes interessa.

Mas será que não é necessário que as entidades responsáveis pelo património não terão que incentivar e que apoiar esses proprietários no sentido de manter aquelas estruturas que fazem parte do nosso passado? Penso mesmo que poderiam ser reconvertidas em algo de importante, de útil e proveitoso financeiramente, mas não podem deixar que daqui a alguns anos seja um amontoado de destroços.

Referi na Comissão um outro caso de moinhos de água que foram adquiridos por uma pessoa que, neste momento, não é o proprietário segundo o qual foi registado, porque foi transaccionado, foi vendido. Foi vendido a um estrangeiro que quando o adquiriu deitou a baixo uma parte da estrutura, sem dar cavaco a ninguém e sem que ninguém lhe chamasse a atenção. Isto passou-se há um ano ou dois, apesar desta legislação ser a continuidade de outra legislação que já existia.

A minha grande preocupação é que esta legislação que estamos a aprovar e com a qual todos nós concordamos, que é útil e necessária para a Região Autónoma dos Açores, seja escrupulosamente cumprida, que hajam entidades que tenham a missão, o dever de cumpri-la até às suas últimas consequências.

O que está em causa é a nossa riqueza patrimonial e cada vez que existe algo que é destruído ou que pura e simplesmente cai, estamos a perder algo importante.

Também é necessário que continue a haver esforços no sentido de classificar monumentos que ainda não estão classificados, exactamente para impedir que se cometam situações que não seriam positivas e benéficas para a própria Região.

Em nosso entender, há muito a fazer no que diz respeito aos bens patrimoniais que possuímos, aos bens patrimoniais que são de todos e que não são de A, B ou C. São da Região, são do interesse público e têm que ser preservados e mantidos.

Tem que haver uma consciencialização de toda a sociedade no sentido de haver um respeito muito grande por estes bens que fazem parte da nossa história, da nossa cultura e que são importantes para o nosso desenvolvimento, seja ele qual for, mas fundamentalmente para a continuidade das nossas características culturais que são fundamentais.

Portanto, estando de acordo com esta matéria, dada a importância que ela tem, entendemos que tem que haver uma consciencialização grande no sentido de que a legislação aprovada tem que ser cumprida, respeitada e tem que haver da parte das entidades responsáveis uma grande preocupação para que nada daquilo que hoje ainda possuímos venha a ser destruído ou venha a ser abandonado por desleixo, incúria ou porque deixou de ter interesse económico.

É neste sentido que nós queríamos deixar aqui a nossa intervenção, na generalidade, em relação à matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(* **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção as intervenções dos Srs. Deputados, em particular do Sr. Deputado Bento Barcelos e do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Em relação à não inclusão dos bens imateriais e também de todo o património arquivístico nas suas diversas formas, e bibliográfico, talvez há grande dificuldade face à não regulamentação por parte da República de incluir esta matéria neste diploma.

Mesmo do ponto de vista da ordenação jurídica, faz mais sentido nós termos um diploma sobre estes bens, outro sobre o património arqueológico – aliás, será o próximo diploma a ser discutido nesta câmara – e outro sobre o património arquivístico. Neste caso, o Governo já possui uma proposta elaborada, mas que necessita de alguma discussão de natureza técnica.

Finalmente, é preciso também regulamentar as questões do património imaterial, o que é seguramente mais difícil já que não há no ordenamento jurídico nacional qualquer modelo que a Região possa seguir.

As únicas referências existentes nesse património são as contidas na Lei 107/2001 e essa é matéria verdadeiramente inovadora.

Por outro lado, também é preciso dizer-se que nós estamos nesta matéria bastante à frente daquilo que está a ser feito a nível nacional. A nível nacional a Lei 107 ainda não foi regulamentada, há apenas uma proposta de a regulamentar numa área muito específica que diz respeito a museus.

Nós, na Região, já regulamentámos no que diz respeito a uma Zona Classificada em particular, Angra do Heroísmo, e estamos agora a regulamentá-la em relação ao grosso dos bens móveis e imóveis, o que nos coloca claramente numa posição pioneira face ao resto do país e é com algum orgulho que vos digo isso.

Também gostaria de vos dizer que três anos não é muito tempo neste contexto. Foi o tempo necessário para se perceber qual é que seria a evolução a nível nacional desta matéria e para se perceber que, face à não vontade de regulamentar do Governo da República, nós tínhamos que fazer a nossa própria regulamentação. Aqui estamos com ela.

Esta regulamentação levou muito tempo a ser feita, dada à complexidade que creio que é reconhecida por todos os grupos parlamentares que tiveram oportunidade de a ver de perto.

Por outro lado, em relação a um aspecto levantado pelo Sr. Deputado José Rego, que tem a ver com as questões de natureza fiscal, gostaria de dizer que a Região não pode regulamentar o artigo 97º da Lei 107, que tem a ver com benefícios fiscais. Essa é uma matéria que no actual enquadramento jurídico terá que ser regulamentada pela República e a sua não regulamentação cria grandes injustiças mesmo a nível regional.

Por exemplo, um proprietário de uma casa que esteja em Santa Cruz da Graciosa ou em Angra do Heroísmo, não pode ter qualquer benefício fiscal, enquanto que o proprietário de uma casa, mesmo que tenha um valor patrimonial muito inferior, que esteja fora dessa zona, pode tê-lo, porque a lei que está neste momento em vigor apenas fala em imóveis classificados isoladamente e não nos conjuntos classificados. Por outro lado, quando nós criamos um conjunto classificado deixa de ser possível classificar individualmente cada um dos imóveis que faça parte desse conjunto, o

que cria graves injustiças entre os proprietários de Angra, Santa Cruz da Graciosa, Vila do Porto ou Corvo, e os restantes proprietários de outras regiões, já que noutros sítios a Câmara Municipal, tem o poder, com base na legislação que estamos aqui a aprovar, de atribuir a qualquer imóvel, que tenha as condições necessárias para tal, uma classificação de interesse municipal, o que implicará, face à legislação em vigor, a isenção da contribuição autárquica, enquanto que a Câmara Municipal não poderá fazer um conjunto classificado.

São matérias dessas que nos levam a pensar que a nível da República é urgente que a regulamentação se faça e que esta matéria seja esclarecida, sob pena de se manter aqui uma situação de dois pesos e duas medidas, que não é de forma alguma justa.

Por outro lado, há aqui questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão que também são uma preocupação minha e do Governo, e que se prendem com a fiscalização, particularmente a fiscalização de bens que são classificados como património municipal.

É por isso que foi com muito agrado que vi a proposta da Comissão no sentido de ser incluído um artigo que obriga à identificação dos bens classificados, ou seja, à colocação de algo que diga que aquele bem é classificado. De facto, muitos dos bens que estão classificados, nalguns casos, nem sequer os detectores de bem saberão que se trata de um bem classificado.

Portanto, a colocação de um elemento identificativo assume aqui um aspecto extremamente importante, porque no fim de contas vai permitir que toda a comunidade passe a conhecer o bem e que a fiscalização seja substancialmente melhorada.

A obrigação que estamos aqui a incluir de ser republicada a lista de todos os bens classificados, porque há bens classificados há uns 60 anos atrás que nalguns casos já se perdeu em parte a memória disso, e a obrigatoriedade de cada município afixar nos lugares de estilo a lista dos bens existentes no respectivo concelho e a área de protecção que está estabelecida, com certeza que vai ter uma atenção maior, quer por parte dos serviços municipais, particularmente os serviços que têm responsabilidades em termos de licenciamento de obras, quer por parte dos profissionais, arquitectos e engenheiros que trabalham nesses territórios, já que há um conjunto de obrigações

que a lei impõe sobre esses profissionais que, nalguns casos, não são cumpridas, porque pura e simplesmente não há conhecimento de que aquele bem é um bem classificado. Esse conhecimento não chega a quem de direito e as autarquias depois ignoram esse facto aquando das alterações de licenciamento municipal.

Eu creio que com estas duas medidas que estão incluídas neste Decreto, nós vamos melhorar substancialmente o acompanhamento que fazemos em relação aos bens classificados.

Por outro lado, é evidente – e essa é uma responsabilidade do Governo e da Secretaria da Educação e Cultura – que terá que haver um maior esforço de fiscalização por toda a região e nessa matéria foram incumbidas as direcções dos museus de ilha, que exercem funções a nível local de coordenação na área da cultura, no sentido de funcionarem um pouco não como fiscalização, porque não têm essa atribuição legal, mas como alguém que está atento a essa matéria e que comunica os factos que venham a ocorrer nas diversas ilhas à Direcção Regional da Cultura, que é a entidade que tem competência fiscalizadora por parte do Governo.

A maior responsabilização que agora é dada às autarquias por esta legislação contribuirá para que elas próprias exerçam um maior acompanhamento da conservação dos bens e particularmente das obras que se venham a realizar, porque elas têm uma competência fiscalizadora nessa matéria.

É preciso não esquecer que a partir da entrada em vigor deste diploma as autarquias passam a ter competência para elas próprias classificarem e desclassificarem bens.

Algumas coisas que por vezes chegam ao nosso conhecimento é que o bem já não devia estar classificado, porque foi mal classificado, porque houve um erro qualquer. Agora, as autarquias ficam com o poder e a obrigação de resolver essas questões, porque são questões que ficam nas suas mãos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Existem propostas de alteração apresentadas pela Comissão e subscritas pelo PS e deram entrada outras propostas de alteração apresentadas directamente pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, apenas pretendo dar uma opinião em relação à votação na especialidade deste diploma.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão trabalhou afincadamente em relação ao projecto de diploma. Os Deputados que constituem a Comissão, por parte do PSD, também deram o seu contributo. Fizemos o trabalho de casa.

Trata-se de um diploma com 59 artigos. Se não estou em erro, há 23 propostas incluindo alterações, aditamentos e eliminações.

Eu propunha à câmara, uma vez que o texto está consensualizado – e ao longo destes dias de plenário com o relator da Comissão, Deputado José Rego, fomos conversando sobre isso – que fosse posta à discussão e votação todas as alterações que vêm da Comissão, na medida em que foram vistas com todo o cuidado e creio que reúnem o consenso dos deputados que constituem a Comissão dos Assuntos Sociais, isto se acharem por bem.

Da nossa parte, concordamos com esta metodologia.

Presidente: Eu gostava de ouvir mais opiniões sobre esta proposta apresentada pelo Sr. Deputado Bento Barcelos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, da nossa parte estamos de acordo com a sugestão apresentada pelo Sr. Deputado Bento Barcelos.

Fazemos uma votação de todas as propostas de alteração, de todas as propostas que vêm do Governo e ficamos com o documento aprovado na especialidade.

Presidente: Eu acho muito interessante, se todos estiverem de acordo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está perfeitamente de acordo que se façam as votações da seguinte forma:

1º- as alterações vindas da Comissão;

2º- votar as alterações propostas pelo PS;

3º - votar o texto vindo do Governo que corresponde à parte não alterada.

Finalmente, uma votação final global.

Presidente: Muito bem. Vamos passar à votação

Desculpe. Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Naturalmente tem toda a razão e todo o direito.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Exactamente, Sr. Presidente. É que desta vez, com essa metodologia, o Sr. Presidente dava-nos a possibilidade de nós discordarmos, o que seria um desastre para os trabalhos parlamentares.

Queremos confirmar o nosso acordo em relação à metodologia sugerida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos votar as propostas de alteração que vieram da Comissão e que foram subscritas pelo PS com excepção da proposta para o artigo 57º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração apresentadas posteriormente pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas pelo PS foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida as propostas de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Em seguida, vamos votar os artigos que não sofreram alteração e constam da proposta inicial apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma curtíssima declaração de voto apenas para referenciar a posição construtiva que o PSD teve na apreciação deste diploma, tanto em sede da Comissão, como fora da própria Comissão, em contacto com os restantes Deputados, nomeadamente o relator da Comissão e agora neste plenário.

O que importa é termos um enquadramento legal, que valorize e preserve o nosso património cultural, beneficiando assim a Região Autónoma dos Açores e a sua identidade cultural.

Obrigado.

Presidente: Passamos ao diploma seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 17/2004 – “Gestão do Património Arqueológico”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional vem na continuação daquela que nós acabámos aprovar. Ela visa, pura e simplesmente, regulamentar mais uma categoria do património, neste caso o património arqueológico, num conjunto de aspectos: por um lado no que diz respeito à forma como a exploração arqueológica é feita, ao seu enquadramento e acompanhamento por parte da Administração Regional Autónoma, e depois em relação àquilo que são as obrigações dos diversos

participantes neste processo, tendo uma particular atenção pelas questões do património subaquático, já que a Região Autónoma dos Açores é um dos locais mais ricos nessa matéria.

De facto, nós temos uma grande responsabilidade em termos de protecção do nosso património arqueológico que neste momento está submerso.

Um dos objectivos fundamentais deste diploma é criar um enquadramento jurídico que garanta que esse património apenas seja explorado com o objectivo do conhecimento científico, portanto, recusando a exploração comercial desse tipo de património e garantindo que toda a exploração tenha um acompanhamento por parte da Administração Regional Autónoma, não havendo um desvio desses objectivos, já que estamos perante riquezas extremamente atractivas e perante uma situação em que se não houver esse cuidado nós poderemos perder tesouros imensos que se encontram submersos nas nossas águas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este diploma que estabelece o quadro normativo relativo à gestão do património arqueológico, no sentido da sua prevenção, salvamento, investigação e valorização, conforme disposto na Lei 107/2001, de 8 de Setembro.

Este diploma, conforme já foi dito, tem uma grande importância.

Eu chamava a atenção para um aspecto que me parece inovador neste diploma e que passa pela possibilidade de criação de parques arqueológicos na Região que terá, em nosso entender, uma importância relevante, atendendo àquilo que poderá ser a projecção, nomeadamente da escafandria na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, poderemos ter parques arqueológicos em zonas que já são conhecidas e que estão sinalizadas e que poderão ter um grande aproveitamento turístico, sem degradar ou pôr em risco esse valioso património.

Face àquilo que também já foi aqui dito, gostava de chamar a atenção para as inúmeras propostas de alteração que existem, vindas da Comissão. Elas foram

consensuais e são substanciais, porque se pretendeu adaptar o património arqueológico terrestres e não exclusivamente o subaquático, conforme era a versão inicial.

Para além disso existe já uma proposta de alteração, e uma de aditamento, apresentadas pelo Partido Socialista, as quais já foram distribuídas.

No caso particular do ponto 2 do artigo 9º, a redacção foi proposta pelo PSD.

Aquilo que aqui foi referido pelo Sr. Deputado Bento Barcelos em relação ao diploma anterior, sobre o trabalho e a forma exaustiva como a Comissão de Assuntos Sociais tratou esta matéria, parece-nos permitir adoptarmos o método que foi aqui sugerido para a votação anterior. Parece-me uma forma escoreita de nós resolvermos esse problema.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito daquilo que foi dito em relação ao diploma anterior, no que diz respeito ao aprofundamento da matéria, o diálogo entre todos, a abertura do Sr. Secretário Regional, etc., pode ser dito em relação à gestão do património arqueológico que estamos aqui a discutir.

Efectivamente, este documento foi analisado com profundidade. Houve uma discussão interessante e, inclusivamente, depois, em função de muita dessa discussão, o Partido Socialista apresentou propostas que vêm de encontro ao que se passou nos trabalhos na Comissão.

Neste momento temos um diploma consensualizado em relação a uma matéria que nós consideramos importante, uma matéria que tem a ver com um património que temos que ter cuidado em manter e fundamentalmente em continuar a ser património desta Região Autónoma.

Portanto, a legislação que daqui vai sair é uma boa legislação, uma legislação com um consenso muito alto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Também nesta apreciação na generalidade impõem-se-nos fazer algumas observações.

Uma delas é a opção que o Governo tomou em apresentar separadamente, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Património Arqueológico. Esta matéria está contemplada na lei de Preservação do Património Cultural – a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, que há pouco referenciámos – mas é uma opção legítima. Separou a componente do património arqueológico dado os aspectos muito particulares desta área.

É de referir também, não em forma crítica, mas de constatação e de desafio, que a Lei 19/2000, de 10 de Agosto, previa no seu artigo 3º, o seguinte:

“De acordo com a Constituição, respeitando condições específicas das Regiões Autónomas, serão elaborados pelas Assembleias Legislativas Regionais respectivas, decretos legislativos regionais para aplicação desta lei, num prazo de 180 dias”.

Efectivamente, passaram-se quase 4 anos e só agora é que estamos a apreciar esta legislação.

Sabemos que esta é uma matéria que tem algum melindre, mas se a própria Lei da Assembleia da República tão claramente determinava no seu texto, que as Assembleias Legislativas Regionais tinham 180 dias para o fazer, é evidente que poderia ter havido a iniciativa deste Parlamento – se bem que a regularmente, por iniciativa governamental – para as propostas de legislação sobre a matéria.

De qualquer forma está aqui a proposta de diploma e oferece-nos fazer mais duas observações, neste caso no que se refere a uma omissão.

O diploma orienta-se, fundamentalmente, para intervenções de salvaguarda, localização, inventariação e preservação no âmbito da gestão do património arqueológico, mas deixa de fora o tratamento e a própria conservação.

Como disse, sabemos que é uma área muito melindrosa, nomeadamente em termos de património arqueológico subaquático, porque são poucos os países que têm *know how* e experiências realizadas no que se refere a essa matéria, mas não deixa de ser

um desafio para a Região Autónoma dos Açores, tendo, como tem, um património cultural subaquático de extremo valor.

Portanto, é bom que o Parlamento e os partidos políticos tomem consciência disso, que é preciso dar passos seguros em relação a esta matéria.

Fora isso, no que se refere a esta iniciativa legislativa, a Comissão trabalhou com afinco.

Da nossa parte, demos vários contributos numa atitude responsável e construtiva.

Por essa razão, vamos dar o nosso voto favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o património arqueológico.

Presidente: Encerrado o debate, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Parece que a moda pegou, por isso, na votação na especialidade, julgo que posso usar a mesma metodologia de há pouco

(Pausa)

Parecendo haver consenso da câmara vamos votar as propostas de alteração vindas da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração vindas da Comissão foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação das propostas de alteração apresentadas pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas pelo PS foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida as propostas de aditamento, subscritas pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração para o artigo 9º subscrita pelos Srs. Deputados José Rego e Bento Barcelos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 9º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Em seguida, vamos votar o texto apresentado pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O texto apresentado pelo Governo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, este diploma e o anterior baixam à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Medidas preventivas aplicáveis na zona de implementação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos Francisco Ferreira Drumond, em São Sebastião, concelho de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira”.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa, pura e simplesmente, evitar que nos terrenos onde se pretende instalar a escola na Vila de São Sebastião, não aconteçam alterações na topografia do terreno ou não apareçam construções que de alguma forma possam dificultar a implantação da obra.

Neste momento, está em elaboração um projecto de execução e com base na estimativa dos terrenos necessários, estabelece-se aqui uma zona que fica sujeita a medidas cautelares que evitem a ocorrência de quaisquer desenvolvimentos que possam dificultar ou encarecer o projecto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

(*) **Deputado Dionísio Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sentido jurídico e o conteúdo efectivo desta proposta foram salientados na apresentação da proposta feita pelo Sr. Secretário.

Eu pretenderia sublinhar alguns aspectos de alguma importância e significado, do ponto de vista dessa proposta: em primeiro lugar, para o sistema escolar da Ilha Terceira, em segundo lugar, para a própria ilha e, em terceiro lugar, para a Vila de São Sebastião.

A importância desta escola básica para o sistema escolar da Ilha Terceira é evidente, porque é um elo importante na cadeia de transformações de carácter estrutural que estão previstas e que se vão concretizar ao longo do tempo para o sistema escolar da ilha, uma vez que permite a descentralização simultânea das escolas básicas de Angra e da Praia da Vitória, dada a situação geográfica que sempre caracterizou a Vila de São Sebastião e que mais uma vez, além de outras ao longo da história, se concretiza nessa função de situação: ponte de via de passagem, de circulação ou de conjugação dos interesses dos dois concelhos.

Isto mesmo sublinha a importância que tem para a Terceira, desse ponto de vista e do ponto de vista político. Ninguém ignora, embora alguns se esforcem por fazer esquecer, que desde 88 a Terceira aposta maioritariamente em conduzir-se ao lado do PS e dos seus Governos.

Da parte do PS e do seu Governo tem recebido a resposta adequada a essa preferência que, neste caso concreto e segundo os compromissos políticos assumidos em 2000 pelo PS, significa o início do processo de construção desta escola EB 2,3 Ferreira Drumond.

Este é um dos elementos desse processo de construção, a escolha do terreno com a consequente preparação do projecto e para a posterior implantação e construção da própria escola.

Portanto, é uma aposta política que se concretiza e que reforça o sentido das escolhas políticas feitas pelos terceirenses.

Finalmente, não querendo entrar em grandes pormenores, mas muito genericamente, pode dizer-se que a Vila de São Sebastião viveu como concelho, enquanto concelho, horas de apogeu e desenvolvimento e, nos finais do Séc. XIX, entrou em clara decadência com a extinção como Concelho e Vila.

Esse processo recentemente foi invertido.

Esta escola e essas vicissitudes históricas para São Sebastião estão em grande parte relacionados com o tipo de equipamentos que foram instalados, nomeadamente porque São Sebastião era, pela sua orografia, destinado a desenvolver-se seguindo o caminho do mar, mas porque São Sebastião são duas planícies, uma em terra e outra no mar, simplesmente foi introduzida, pelas necessidades militares da Ilha Terceira, uma barreira intransponível para a Vila de São Sebastião, o que impediu o seu desenvolvimento para outras actividades que não as agrícolas e esse destino militar condenou-a a um retrocesso e a uma estagnação.

Portanto, com este novo equipamento que é um factor de transformação interno da própria Vila de São Sebastião, pode-se inverter esse processo histórico ou prosseguir na sua inversão.

É por essas três razões que ficam sumariamente sublinhados os aspectos importantes do ponto de vista político e social desta decisão.

Dos 37 compromissos que o PS assumiu em 2000, este é um que está satisfeito com o início do processo de construção.

É evidente que há alguns “tá-tás” que não percebem isso...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, o que é isto?

Deputado Mark Marques (PSD): Que falta de nível!

Está a nivelar muito por baixo

O Orador: ... mas os terceirenses que não são “tá-tás” percebem isso perfeitamente e vão concretizando isso, ano após ano, votação após votação.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma tem como objectivo a criação de medidas preventivas, mas, de facto, acabámos de assistir a alguma falta de prevenção, sobretudo no tento e na língua.

De qualquer forma, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor desta proposta de diploma.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Pois, claro! Não tem outro remédio!

O Orador: Se há algum significado político a tirar desta proposta e, sobretudo, das palavras do Sr. Deputado Dionísio Sousa, é de que esta era uma promessa do Partido Socialista em 2000, que foi consubstanciada no Plano a Médio Prazo aprovado nesta casa, com o seu voto a favor, e que previa a verba de 500 mil euros para esta legislatura.

Esta verba foi reduzida a zero, isto é, tudo o que estava previsto na reprogramação foi reduzido a zero. É isto que está em causa.

Deputado Paulo Messias (PS): Não é isso que está em causa!

O Orador: Estamos aqui perante uma situação em que a promessa do Partido Socialista, e pelos vistos do Deputado Dionísio Sousa, reduz a escola, pura e simplesmente, ao impedimento da realização de alguns actos, designadamente “ao derrube de árvores em maciço com qualquer área ou à destruição de solo vivo e do coberto vegetal”.

Repito: a Escola de São Sebastião, neste momento, por aquilo que está aprovado nesta Casa, está reduzida “ao derrube de árvores em maciço com qualquer área ou à destruição de solo vivo e do coberto vegetal”.

Deputado Dionísio Sousa (PS): E a alguns ramos secos!

O Orador: Estamos em véspera de eleições. Estamos a 4 meses de eleições. Há a assunção do incumprimento das promessas. Esta é mais uma promessa não cumprida, como a Escola de São Carlos e a do Ramo Grande.

Como não cumpriram tentam iludir os terceirenses com medidas preventivas.

Satisfazem-se com isso?

Nós não nos satisfazemos!

Não será este Governo Regional do Partido Socialista a cumprir com a promessa do Partido Socialista. Será eventualmente o próximo Governo...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Do Partido Socialista!

O Orador: ... que vai cumprir e fazer muito mais do que o derrube de árvores e a protecção do coberto vegetal.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria que pretende criar medidas cautelares em relação à área que vai ser implantada a escola da Terceira. Em geral, esta matéria não merece intervenção, porque são projecto que estão aprovados ou em vista e que é necessário salvaguardar a ocupação ou a má utilização das áreas. Portanto, é um trabalho normal que normalmente não motiva intervenções. Esta proposta também não motivaria, tanto da nossa parte como da parte dos restantes grupos parlamentares.

O Sr. Deputado Dionísio Sousa resolveu intervir, com toda a liberdade, como é evidente, e as suas intervenções são sempre ricas em relação a todos os aspectos documentais relativos à Vila de São Sebastião. Confesso que gostei muito de o ouvir.

Agora, quando o Sr. Deputado Dionísio Sousa, como razão de ser da sua intervenção, tenta convencer-nos, e principalmente os açorianos e os terceirenses, de que estas medidas cautelares têm o mesmo valor político que a inscrição que teve no Plano a Médio Prazo uma verba significativa para o arranque da Escola, não podemos ficar calados.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo Regional começou a cumprir o seu programa quando inscreveu no Plano a Médio Prazo uma verba vultuosa para estes trabalhos.

O Governo Regional começou a andar para trás nesse cumprimento quando retirou essa verba.

Não é este documento, um Decreto Legislativo Regional de natureza técnica, que significa o cumprimento de uma promessa política.

Gostava de lembrar que o Governo do Sr. Alberto Romão Madruga da Costa, em 1995, se não me falha a memória, aprovou medidas cautelares – não faço ideia se estão em vigor ou não – relativas a uma coisa que não está feita, mas parece-me que vai ter uma primeira pedra qualquer, que lá ficará com certeza. Estou a falar da Escola Secundária da Horta. Como se vê já foram há 9 anos que essas medidas cautelares foram aprovadas.

Como se vê isto não significa nada do ponto de vista político. Apenas tem significado do ponto de vista operacional.

Passaria unanimemente, de forma completamente discreta e normal, se não houvesse a instrumentalização desta atitude.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

(*) **Deputado Dionísio Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para reiterar o que fica dito.

Há um significado político nesta decisão, mas não um significado político na inscrição de uma verba, porque há publicações mais que suficientes para a retirada dessa verba.

Tudo isso se inclui nessa designação de início do processo de construção. Todas essas decisões de dotar de verbas, de decretar medidas cautelares, estão incluídas nesse início do processo de construção e não é no início da construção.

Razões financeiras?

O PSD vem nos perguntar quais são as razões financeiras, porque nos Planos Regionais houve cortes?

É a “Força Portugal” que nos vem perguntar isso?

Espero que daqui a pouco, para a “Força Portugal”, os russos sejam mais benignos do que foram os portugueses e os açorianos no Domingo passado.

Eles percebem muito bem o significado e a diferença política desta decisão, da que veio referida há pouco e das que habitualmente vêm referidas, porque há volta dessa questão houve quem desenvolvesse guerras políticas perfeitamente fúteis, sem

nenhum significado e que são ressuscitadas quase todas as semanas. É sempre a mesma ladainha, mas os terceirenses já não ouvem, porque é a ladainha do Sr. Clélio às Segundas, do Sr. Bento Barcelos às Terças, e por aí fora.

Quando se inauguram e iniciam grandes empreendimentos na Terceira, é preciso uma conferência de imprensa para juntar mais uma ladainha e justificar a ausência dos Deputados do PSD nos grandes investimentos da ilha, o que os põe também a torcer o nariz para os pequenos investimentos ou as pequenas decisões sobre o coberto vegetal da Terceira.

É nesse contexto que é necessário destacar a importância e o significado político dessa decisão, que vem em muita boa hora confirmar, com acções, aquilo que os terceirenses apoiaram Domingo passado.

Muito boa hora para mais uma vez a coligação fazer da força fraqueza e votar estas decisões no sentido de realizar aquilo que o PS prometeu aos terceirenses.

O PSD faz muito barulho para esconder o seu apoio àquilo que o PS propõe que se faça. Muito bem. Nós agradecemos o vosso apoio.

O resto é pólvora seca que os senhores disparam em conferências de imprensa.

Isto não é só ruído. São decisões efectivas no sentido da nossa promessa: iniciar o processo de construção da nova escola EB 2,3 Ferreira Drumond.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu nunca pensei que as medidas preventivas chegassem a este ponto.

Isto não é pólvora seca.

O seu discurso é que está sem sumo, tal como as promessas do PS para a Ilha Terceira.

Qual é o significado político de se ter prometido uma escola e a três meses de eleições apenas se apresentam as medidas preventivas?

Deputado Renato Leal (PS): Não há eleições em Setembro!

O Orador: Já que se fala em escola, qual o significado político da Escola de São Carlos? Faz este mês um ano que o Conselho de Governo deliberou a 3ª abertura de concurso e até agora nada se fez.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): 2º concurso!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): 1999, 2001 e 2003. São 3. Não sabe contar?!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, peço silêncio para prosseguirmos o debate.

O Orador: Sr. Presidente, o assunto é sério. Brincar com coisas sérias penso que não é admissível, nem para nós, nem para o Sr. Presidente.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Já que o Sr. Deputado Dionísio Sousa falou aqui na leitura dos resultados eleitorais, eu não acredito que haja um único terceirense que seja que tivesse votado no Partido Socialista no passado Domingo – e houve muitos que votaram – porque não cumpriram com a Escola de São Carlos, não cumpriram com a do Ramo Grande e com a de São Sebastião, etc. Nenhum terceirense votou por causa disso. Terão votado por outras razões.

Essa extrapolação revela a vossa ansiedade e preocupação, porque não cumpriram com as promessas e neste caso tentam encapotar cumprimentos com medidas preventivas.

O que é certo é que não vai ser este Governo, mais uma vez, que vai cumprir aquilo que prometeu, tanto neste como noutros assuntos.

Os terceirenses irão avaliar, em Outubro, serenamente, como é necessário, e não com pólvoras secas como o Sr. Deputado acabou de atirar.

Presidente: Resolvida a questão, vamos passar à votação na generalidade desta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Esta proposta tem 6 artigos para os quais não há nenhuma proposta de alteração.

Se a câmara não se opuser pô-los-ei à votação em conjunto.

(Pausa)

Não havendo oposição, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pede a palavra para...?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, apenas para solicitar um intervalo de 10 minutos para o PSD apresentar propostas de alteração ao próximo ponto.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 17 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 55 minutos)

Está aberto o debate para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Reestrutura as carreiras do pessoal das tesourarias da Região Autónoma dos Açores”**.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que o Governo Regional apresenta a esta câmara trata da reestruturação da carreira do pessoal de tesouraria na Região Autónoma dos Açores.

Neste momento, ela está regulamentada pelo Decreto 41/80, de 8 de Setembro que criou essa carreira.

Entretanto, as sucessivas alterações que o próprio decreto sofreu e o facto de terem havido evoluções em termos tecnológicos, em termos do próprio conteúdo funcional e das próprias competências cometidas às pessoas inseridas nesta carreira, levam a que o Governo agora proceda a algumas reformulações que dizem sobretudo respeito a questões que se prendem com o próprio conteúdo funcional e as competências que cabem aos funcionários inseridos nessas carreiras.

Por esta razão, entendemos que esta proposta que agora trazemos insere uma maior flexibilidade e uma maior adequação à actualidade e ao momento actual, já que o diploma que regulamenta essas carreiras tem, neste momento, 24 anos. Portanto, é perfeitamente compreensível que se sujeite agora a uma reformulação e a uma adequação à realidade actual com a introdução de alguns pormenores.

Prevê-se também a necessidade, nesse tipo de funções, das vagas a extinguir serem feitas paulatinamente e consoante as necessidades o forem demonstrando.

Por isso pensamos que congrega num único diploma o que está disposto em vários e permite uma maior flexibilidade e um maior rigor no tratamento desta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui referido, este diploma consubstancia a resposta a uma reivindicação dos funcionários em causa.

Os mesmos foram ouvidos pelos Grupos Parlamentares e na sequência dessa audição foram apresentadas propostas de alteração. No entanto, na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, nem todas as opiniões dos funcionários em causa estão satisfeitas, quer com a proposta inicial, quer com as propostas de alteração.

Nessa medida apresentamos propostas de alteração que já foram distribuídas e que posso sucintamente e desde já adiantar. Elas têm a ver, no que se refere ao artigo 4º, com condições e requisitos de recrutamento dos tesoureiros adjuntos; em relação ao artigo 6º, corrigimos a redacção do nº 1 e, em relação ao nº 2, no que se refere à forma de nomeação entendemos dever ser em comissão de serviço; quanto ao artigo 7º que tem a ver com os abonos, entendemos que é mais adequado e vai de encontro à reivindicação dos funcionários em causa fazer aferir os 10% do abono ao vencimento base de cada uma das categorias e não apenas à categoria de tesoureiro adjunto.

São essas as propostas que apresentamos sendo que na generalidade, conforme referi, merece a nossa concordância porque, de resto, vai de encontro às expectativas dos trabalhadores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que apoia e aplaude esta iniciativa de Proposta de Decreto Legislativo Regional que vem do Governo no sentido de reestruturar a carreira do pessoal de tesouraria da Região Autónoma dos Açores, indo ao encontro das reivindicações desses funcionários públicos, de uma carreira que tem vindo a perder com o tempo a importância que tinha no seio da Administração Regional.

É nesse sentido que estas vagas surgem como vagas a extinguir quando vagarem e, em resultado das diligências efectuadas pelo Grupo Parlamentar e dos contactos mantidos com esses profissionais, apresentámos em sede de Comissão algumas propostas de alteração. Mantendo sempre o contacto com esses funcionários e já em resultado de diligências posteriores, hoje mesmo demos entrada de uma nova

proposta de alteração que vai de encontro a mais uma observação que nos foi feita pelos profissionais das tesourarias da Região Autónoma dos Açores.

A proposta do Governo Regional, com as alterações introduzidas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dá resposta a essas reivindicações e ambições garantindo aqui o que, quer no âmbito da progressão, quer no âmbito da promoção, era reivindicado e desejado por esses profissionais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A reestruturação das carreiras do pessoal das tesourarias mereceu, da nossa parte, uma cuidada atenção. Inclusivamente procurámos aprofundar esta matéria e, em termos de análise da proposta na Comissão, surgiram propostas de alteração que, segundo entendemos, vêm de encontro àquilo que os trabalhadores destes serviços pretendiam.

Penso que é possível sair desta Assembleia um diploma em condições de ser bem aceite por aqueles a quem ele se destina.

Por isso mesmo é com pena que dizemos que este diploma chega à Assembleia ferido de uma ilegalidade que, em nosso entender, é absolutamente desnecessária.

Especificando, a Lei 23/98 obrigava à negociação colectiva entre os proponentes e os representantes dos trabalhadores, ou seja, das organizações sindicais.

Não sabemos porquê, mas temos conhecimento de que o Governo Regional não levou a cabo essa negociação com os trabalhadores de acordo com o que preceitua esta legislação.

Por isso mesmo temos que lamentá-lo e desejar que, em relação a matérias de trabalho, seria importante que o Governo Regional tivesse a preocupação de executar aquilo que está consignado em lei neste momento e de haver essa negociação prévia e colectiva em relação a diplomas de trabalho.

No que se refere à matéria propriamente dita, penso que ela vem de encontro àquilo que pretendem os trabalhadores, mas neste momento surge um conjunto de propostas que teremos que analisar em profundidade. Daí que, após a votação na

generalidade, solicitávamos ao Sr. Presidente a suspensão dos trabalhos por 10 minutos para estudarmos as propostas vindas do PSD.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para acrescentar aqui uma nota ao que o Sr. Deputado Paulo Valadão avançou do não cumprimento da audição sindical. Isso não corresponde inteiramente à verdade, já que, para além de ter havido esse cumprimento da parte do Governo e de, inclusivamente, ter havido um sindicato que se pronunciou, ele foi enviado para três sindicatos da Região. Apenas um deles pronunciou-se sobre a matéria.

Este diploma é proposto à Assembleia Regional, por isso a Assembleia tem o direito e o dever de fazer essa audição e penso que fez.

É entendimento nesta matéria que há aqui uma confusão clara entre o processo negocial e o processo de participação. Nessa matéria, o Governo Regional entendeu que não se trata de matéria de negociação colectiva, mas sim de matéria que diz respeito e deve ser objecto de uma consulta e de uma participação de uma audição sindical e não propriamente negociação colectiva, porque nós não estamos aqui a mexer com princípios fundamentais, estamos sim a reestruturar matérias que estão definidas em Leis Gerais da República, nomeadamente na 404/98 e outras matérias que segundo a Lei 23/98 (referia o Sr. Deputado Paulo Valadão) são matérias de negociação colectiva e foram-no a devido tempo.

Portanto, aqui não se está a inserir nada de novo. Está-se a reestruturar algo já existente, que foi negociado. Portanto, nesta medida, só nos cabia proceder à participação sindical, que foi o que fizemos em devido tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

(*) **Deputado Francisco Sousa** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É também para aprestar um esclarecimento à câmara na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Quem tem a obrigação de fazer a audição das organizações dos trabalhadores é esta Assembleia.

Esta Assembleia fê-la em devido tempo. Os anúncios foram publicados nos jornais diários da Região.

Eu tenho da minha mão um anúncio feito no Jornal “Açoriano Oriental”, pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, dirigido às Associações e Comissões de Trabalhadores que diz que está em debate a Proposta de Decreto Legislativo Regional que reestrutura as carreiras do pessoal das tesourarias da Região Autónoma dos Açores.

Esteve em debate até ao passado dia 14 e foi nesse dia que a Comissão reuniu pela última vez e deu o seu parecer. Portanto, tinha terminado o prazo previsto na lei e no aviso público para a participação colectiva dos sindicatos, das comissões de trabalhadores ou dos trabalhadores em termos individuais.

É a esta casa que compete cumprir a lei na audição tal como fez o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral ao mandar publicar os anúncios nos jornais, ao cumprir o prazo previsto para o pronunciamento por parte dos parceiros sociais ou dos trabalhadores individuais.

Portanto, foi cumprida por esta casa aquilo que era sua obrigação.

O Governo podia ter feito a mesma coisa, mas não teria qualquer eficácia, porque chegando a proposta do Governo a esta casa, somos nós que a votamos e podemos, como é este o caso, alterá-la profundamente.

Nós, que deliberamos em última instância sobre a matéria, podemos alterar aquilo que o Governo negocia com os sindicatos. Podemos, porque somos nós que votamos o diploma. O Governo apresenta a proposta, pode negociá-la, mas não tem qualquer eficácia, porque se ela tiver que vir aqui, é esta casa que, pronunciando-se em última instância, produz a legislação que quiser e entender e não tem que respeitar nenhuma negociação que o Governo tenha feito, porque esta casa é que é obrigada a fazê-la e fê-la, neste caso concreto e em muitos outros.

Cumprimos com aquilo que está previsto na lei, fizemos o anúncio, recebemos os pareceres.

Os grupos parlamentares que quiseram, reuniram com os trabalhadores. Nós também reunimos com eles. Fizemos a parte que nos competia enquanto partido político.

Portanto, fizemos alterações, alterações às nossas alterações, na sequência dos contactos e das reuniões que tivemos com esses mesmos trabalhadores.

Esta casa cumpriu aquilo que lhe competia, que foi fazer o anúncio, publicá-lo, ouvir e esperar pelos trabalhadores para darem os pareceres que deram.

Portanto, nós não estamos de acordo com a posição tomada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, porque sendo esta casa quem delibera, é quem tem que ouvir nesta ou noutra qualquer matéria. Independentemente do Governo ouvir ou não, nós é que somos sempre o legislador.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Sousa confunde duas coisas, mas penso que não é involuntariamente que o faz. Confunde audição com negociação colectiva.

Estão definidos em termos legais. Portanto, não vamos entrar agora no pormenor sobre o que é que a Lei 23/98 diz e o que é que o Estatuto Político-Administrativo diz.

Esta Assembleia cumpriu o seu dever. Fez a audição, portanto cumpriu este dispositivo legal.

Mas há outro dispositivo legal, concretamente a Lei 23/98, que diz que o Governo Regional, em relação a carreiras como esta, terá que fazer a negociação colectiva e a Assembleia aceita ou não essa negociação.

A Sra. Secretária não tem razão nenhuma quando diz que deve reestruturar uma carreira que, em termos nacionais... Em termos nacionais o quê, Sra. Secretária? Esta carreira não existe em termos nacionais. Em termos nacionais acabou.

Os funcionários com esta carreira, à medida que são aposentados, pura e simplesmente não são substituídos por outros, porque aqueles que substituem o seu trabalho estão integrados no Ministério das Finanças.

Portanto, isto é matéria *sui generis* na Região Autónoma dos Açores que se manteve, e muito bem.

De acordo com a interpretação que nós damos à Lei 23/98, deveria ter havido essa negociação colectiva, mas não houve. Apenas lamentamos o facto de não ter havido.

Se tivesse havido, estou convencido que a matéria seria pacífica. Desta maneira há essa falha.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

(* **Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão. Eu não me referia às carreiras a nível nacional. Referi-me sim aos diplomas sujeitos e que enquadram aquilo que está no âmbito deste, que é uma carreira específica da Região. Esses foram objecto de negociação colectiva.

Portanto, entendemos que no caso específico deste diploma não se trata de haver negociação colectiva, mas sim de audição. Foi o que fizemos e foi isso que penso que a Assembleia fez.

Portanto, não entendemos que esta matéria tivesse que ser sujeita a negociação colectiva.

É essa a nossa posição e foi isso que manifestámos juntos, anteriormente no processo.

Portanto, não mudámos de posição.

Presidente: Não havendo mais intervenções estamos em condições de fazer a votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do PCP, na sequência das propostas apresentadas pelo PSD há momentos, solicitou uma interrupção dos trabalhos por 10 minutos.

Creio que o PS também tinha manifestado essa intenção, embora não ainda oficialmente.

O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para...?

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós requeríamos não 10 minutos, mas sim cerca de 30 minutos, porque também recebemos as propostas de alteração do PSD há momentos. Elas são muito mais profundas do que aparentemente se podia pensar, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, e nós queremos analisá-las com toda a profundidade para podermos ter um pronunciamento adequado.

Presidente: Eu agradecia que os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares se acercassem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, depois desta mini-conferência, ficou decidido que vamos interromper os nossos trabalhos por hoje e recomeçamos amanhã às 10 horas com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos Relevantes.

Quando terminar o debate relativo às intervenções, podemos passar de imediato à Agenda do Dia.

Boa tarde e até amanhã.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Hernâni Hélio Jorge

José de Sousa Rego

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Humberto Trindade Borges de Melo

Victor do Couto Cruz

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

DOCUMENTOS ENTRADOS

Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2004 que “Estabelece medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Francisco Ferreira Drumond, em S. Sebastião, concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira”

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Junho de 2004, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, a fim de relatar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2004, que “Estabelece medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Francisco Ferreira Drumond, em S. Sebastião, concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira”.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores no dia 4 de Junho de 2004, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho na mesma data, para apreciação e emissão de parecer no prazo de 30 dias.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentada pelo Governo Regional nos termos da alínea t) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo, que lhe confere o poder genérico de iniciativa legislativa perante a Assembleia Legislativa Regional.

A apreciação e emissão de parecer à presente Proposta exercem-se em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e na alínea a) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Capítulo III

Apreciação na Generalidade e na Especialidade

A Proposta em apreciação estabelece medidas preventivas para a área de implantação da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Francisco Ferreira Drumond, cujos estudos relativos à elaboração do projecto estão a decorrer.

Esta iniciativa legislativa é justificada com a necessidade de ser evitada a alteração indiscriminada das circunstâncias actualmente existentes na área de implantação da referida obra, de modo a impedir a criação de dificuldades à sua futura execução, tornando-a mais difícil e onerosa.

Apreciados os fundamentos e princípios gerais da Proposta, bem como o respectivo articulado, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e na especialidade.

Horta, 14 de Junho de 2004

O Relator, *José Nascimento Ávila*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel Herberto Rosa*

—

Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para Ordem Jurídica Nacional a Directiva 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das Zoonoses e dos Agentes Zoonóticos”

A Comissão de Economia, reunida nos termos regimentais, que lhe permitem representar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, discutiu e analisou o projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para Ordem Jurídica Nacional a Directiva 2003/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das Zoonoses e dos Agentes Zoonóticos”, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para os Açores, em ofício datado de 24 de Maio de 2004, emitiu o seguinte parecer:

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 30º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98 de 27 de Agosto.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e na Especialidade

A Comissão de Economia nada tem a opor, na generalidade, à presente proposta legislativa, entendendo propor, na especialidade, por forma a salvaguarda as competências legislativas e executivas das Regiões Autónomas, constitucional e estatutariamente consagradas:

Propõe-se a alteração do artigo 15.º, nos seguintes termos:

“Artigo 15.º

(...)

1 – A aplicação do presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, faz-se sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio para a sua execução administrativa através dos respectivos serviços das administrações regionais autónomas, e das adaptações que lhe venham a ser introduzidas por diploma próprio das respectivas Assembleias Legislativas Regionais.

2 – (Redacção do n.º 1 do projecto)

3 – (Redacção do n.º 2 do projecto)”.

Horta, 14 de Junho de 2004.

A Relatora, *Andreia Cardoso*

O Presidente, *Dionísio Sousa*

Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para Ordem Jurídica Nacional a Directiva 88/407/CEE, do Conselho, de 14 de Junho de 1988, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/43/CE, do Conselho, de 26 de Maio de 2003, que fixa as exigências de polícia sanitária aplicáveis às trocas comerciais intracomunitárias e às importações de sêmen de animais da espécie bovina”

A Comissão de Economia, reunida nos termos regimentais, que lhe permitem representar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, discutiu e analisou o projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para Ordem Jurídica Nacional a Directiva 88/407/CEE, do Conselho, de 14 de Junho de 1988, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2003/43/CE, do Conselho, de 26 de Maio de 2003, que fixa as exigências de polícia sanitária aplicáveis às trocas comerciais intracomunitárias e às importações de sêmen de animais da espécie bovina”, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para os Açores, em ofício datado de 24 de Maio de 2004, emitiu o seguinte parecer:

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 30º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98 de 27 de Agosto.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e na Especialidade

A Comissão de Economia nada tem a opor, na generalidade, à presente proposta legislativa, entendendo propor, na especialidade, por forma a salvaguarda as competências legislativas e executivas das Regiões Autónomas, constitucional e estatutariamente consagradas:

Propõe-se a alteração do artigo 21.º, nos seguintes termos:

“Artigo 21.º

(...)

1 – A aplicação do presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, faz-se sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio para a sua execução administrativa através dos respectivos serviços das administrações regionais autónomas, e das adaptações que lhe venham a ser introduzidas por diploma próprio das respectivas Assembleias Legislativas Regionais.

2 – (Redacção do n.º 1 do projecto)

3 – (Redacção do n.º 2 do projecto)”.

Horta, 14 de Junho de 2004.

A Relatora, *Andreia Cardoso*

O Presidente, *Dionísio Sousa*

Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para a Ordem Jurídica Nacional as Directivas 2003/CE, 2003/118/CE, todas da Comissão, respectivamente de 3 de Dezembro de 2003, de 5 de Dezembro de 2003 e de 9 de Janeiro de 2004, que alteram a Directiva 86/363/CEE, do Conselho, de 24 de Julho de 1986, relativa à fixação de teores máximos para os resíduos de pesticidas, à superfície e no interior dos géneros alimentícios de origem animal, alterando o Decreto-Lei n.º 51/2004, de 10 de Março”

A Comissão de Economia, reunida nos termos regimentais, que lhe permitem representar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, discutiu e analisou o projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para a Ordem Jurídica Nacional as Directivas 2003/CE, 2003/118/CE, todas da Comissão, respectivamente de 3 de Dezembro de 2003, de 5 de Dezembro de 2003 e de 9 de Janeiro de 2004, que alteram a Directiva

86/363/CEE, do Conselho, de 24 de Julho de 1986, relativa à fixação de teores máximos para os resíduos de pesticidas, à superfície e no interior dos géneros alimentícios de origem animal, alterando o Decreto-Lei n.º 51/2004, de 10 de Março”, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para os Açores, em ofício datado de 24 de Maio de 2004, emitiu o seguinte parecer:

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 30º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98 de 27 de Agosto.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e na Especialidade

A Comissão de Economia nada tem a opor na generalidade nem a propor na especialidade ao projecto de Decreto-Lei.

Horta, 14 de Junho de 2004.

A Relatora, *Andreia Cardoso*

O Presidente, *Dionísio Sousa*

Período de Informação Parlamentar

1 – Correspondência Diversa

Assunto: Ofício a Informar sobre a Publicação no Diário da República do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2004 – Segunda alteração ao DLR n.º 15-A/98/A, de 25/09 (Estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de Julho de 1998, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adopção de medidas excepcionais de carácter financeiro)

Proveniência: Gabinete do Ministro da República para a R.A.A.

Data de Entrada: 04.06.15

Referência: 102 – 2065.

1 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Campo de Golfe do Faial

Proveniência: Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência

Autor: Jorge Costa Pereira (PSD)

Data de Entrada: 04.06.14

Referência: 54.03.07 - N.º 170/VII.

Assunto: RESPOSTA AO REQUERIMENTO N.º 170/VII APRESENTADO PELO SENHOR DEPUTADO JORGE COSTA PEREIRA (PSD) – CAMPO DE GOLFE DO FAIAL

Em resposta ao Requerimento em epígrafe cumpre-me transmitir a V. Ex.^a a seguinte informação:

1. As verbas gastas em 2000 e 2001 na acção " Campo de Golf da Ilha do Faial" foram as seguintes:

Custos com a elaboração do projecto de construção: 33.021 contos.

2. Em relação ao ponto de situação do empreendimento refere-se que:

a) Foram adquiridos os prédios referidos no quadro em anexo.

b)Realizaram-se os levantamentos topográficos necessários à elaboração do projecto base do Campo que está concluído e aprovado.

c)Já foi elaborado e aprovado o projecto de execução do Campo.

d)Os projectos técnicos são os incluídos no Projecto de Execução, para além do Estudo de Impacto Ambiental, já concluído.

3. A construção do Campo de Golf do Faial constitui uma obrigação do vencedor do Concurso para alienação da totalidade das participações da Região na Sociedade Verdegolf-Campos de Golf, SA,. O Processo de interessamento aos possíveis investidores já foi iniciado, tendo o Governo Regional seleccionado uma entidade bancária para o devido efeito. Prevê-se que o concurso de alienação da totalidade das participações da Região na Sociedade Verdegolf-Campos de Golf,SA, seja lançado durante o mês de Julho, cabendo ao vencedor do concurso a obrigação de colocar em exploração o futuro Campo de Golf do Faial no prazo máximo de 4 anos.

Com a mais elevada consideração,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, *Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa*

Anexo.

CAMPO DE GOLF DO FAIAL

RELAÇÃO DOS PRÉDIOS JÁ ADQUIRIDOS

PRIPRIETÁRIO	Artº	Área prev	observações	
--------------	------	-----------	-------------	--

	matriz	m2	Valor de aquisição	data
Manuel de Sousa Rodrigues	1450	13.876	8.397,00	Dez-97
Maria L.T. R. St. Aubin da Silva	185	4.114	1.788,00	Jul-99
Herd. Quitéria do Amaral	43/63-178	19.812	7.642,00	Jul-99
Francisco Serpa- Luisa Silva	1/6-175	484	210,00	
António Gonçalves de Sousa	639	6.610	3.347,00	Jul-99
Francisco Serpa- Luisa Serpa	177	6.776	2.103,00	Jul-99
Eduardo Manuel Àvila Martins	166	2.904	900,00	Nov-98
Eduardo Manuel Àvila Martins	167	5.808	1.800,00	Nov-98
Maria Teresinha da Silva Bulcão	234	2.904	901,00	Jul-99
Francisco Serpa- Luisa Silva	171	2.904	901,00	Jul-99
José Gabriel Garcia Pereira	247	1.936	1.056,00	Jul-99
José Gabriel Garcia Pereira	241	2.904	991,00	Jul-99
José Pinheiro de Escobar	93	4.840	2.103,00	Nov-98
Fernando Manuel de Vargas Duarte	1149	322	16.563,00	Nov-98
José Pinheiro de Escobar	97	8.712	4.326,00	Nov-98
José Vicente Lobão	105	1.264	549,00	Jul-99
José Vicente Lobão	107	3.146	1.907,00	Jul-99
Conferência S. Vicente de Paulo	42	6.171	2.862,00	Jul-99
José Gabriel G. Pereira e outro	01-02-1935	9.922	4.312,00	Nov-98
Francisco Serpa- Luisa Silva	176	1.452	631,00	Jul-99
Fernando Manuel de Vargas Duarte	96	6.091	2.777,00	Nov-98
Frederico Samuel Bulcão	186	2.420	1.052,00	
Total		115.372	67.118,00	

(*) Texto não revisto pelo orador.

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*